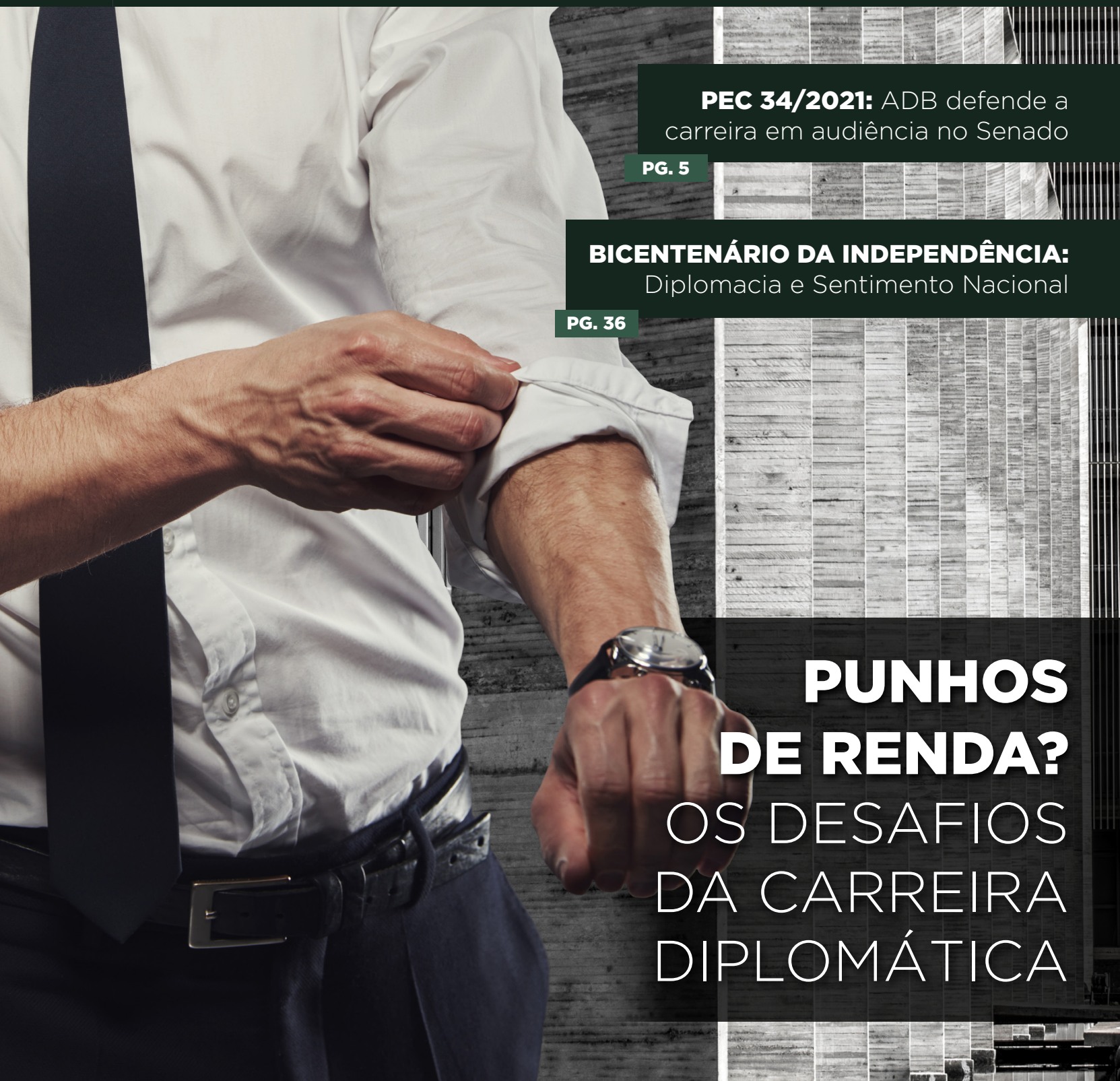
REVISTA DA

ADB

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS

REVISTA DA ADB E ADB SINDICAL • ANO XXIV • EDIÇÃO 103 • JANEIRO • AGOSTO • 2022



PEC 34/2021: ADB defende a carreira em audiência no Senado

PG. 5

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: Diplomacia e Sentimento Nacional

PG. 36

PUNHOS DE RENDA?

OS DESAFIOS DA CARREIRA DIPLOMÁTICA

CONVÊNIOS DA ADB

A ADB possui uma gama de convênios com diversas empresas e instituições que garantem descontos especiais para associados em diferentes serviços como:

- EDUCAÇÃO
- SAÚDE
- RESTAURANTE
- HOTÉIS
- ADVOCACIA E DESPACHANTE
- ACADEMIA
- ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL
- ALUGUEL DE VEÍCULOS
- MÓVEIS PLANEJADOS
- ARQUITETURA
- LAVANDERIA
- INVESTIMENTOS
- ROUPAS

Para conhecer todas as parcerias e obter mais informações, acesse **adb.org.br/convenios-adb**

DIRETORIA DA ADB

Presidente
Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues

Vice-presidente
Embaixador Fábio Mendes Marzano

Diretora Administrativa
Conselheira Ana Paula Kobe

Diretora Parlamentar
Secretária Daniele Luz

Diretor de Estudos e Pesquisas
Conselheiro Francisco Eduardo Novello

Diretor Jurídico
Secretário Thiago Couto Carneiro

Diretor Financeiro
Secretário Rodrigo Ponciano Guedes Bastos dos Santos

Diretora de Comunicação
Secretária Clarissa Alves Machado

Diretor de Eventos
Secretário Matheus Freitas Rocha Bastos

CONSELHO FISCAL

Secretário Ricardo Martins Rizzo

Secretária Laís Monteiro Pontes da Silva

Secretária Laís de Souza Garcia

SECRETARIADO

Assistente Administrativa
Jacqueline Francisca da Cruz

Assistente Administrativa
Danielle de Sousa Sabiá

EXPEDIENTE

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS E ADB SINDICAL

ANO XXIV • EDIÇÃO 103 • JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022
ISSN 0104-8503

Esta revista é um publicação de caráter editorial, sem nenhum viés comercial, de **venda proibida**.

CONSELHO EDITORIAL

Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues
Secretária Clarissa Alves Machado

COORDENAÇÃO EDITORIAL, EDIÇÃO E REVISÃO
Secretária Clarissa Alves Machado

TEXTOS

Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues
Embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro
Embaixador Benoni Belli
Secretária Clara Solon
Secretária Clarissa Alves Machado
Secretário Bruno Palazon Imparato
Professor Ricardo Seitenfus

DESIGN

Grená Design e Comunicação

TIRAGEM

2.700 exemplares

SUMÁRIO

CARTA ÁS(AOS) ASSOCIADAS(OS) 04

Profissão: diplomata

GESTÃO EM FOCO 05

— Não à PEC 34/2021!

— ADB: o sindicato dos diplomatas brasileiros

— Projeto "Adote uma Família" ganha prêmio e é destaque na imprensa

— Entrevista à GloboNews

— Entrevista ao Diplomacia Business

— Artigo "O emergir de uma nova diplomacia"

— Festa do Dia do Diplomata

ESPAÇO DA FAMÍLIA 11

Associação dos Familiares dos Servidores do Itamaraty (AFSI) tem nova sede no MRE

DIPLOMACIA 12

Investimentos Estrangeiros na infraestrutura brasileira: o Itamaraty e o Programa de Parcerias de Investimento

ENTREVISTA 16

Entrevista com Vanusia Nogueira, Nova Diretora-Executiva da Organização Internacional do Café (OIC)

CAPA 18

Pra não dizer que só falei das flores

MEMÓRIA 29

— Cançado Trindade: o direito internacional a serviço da humanidade

— Igor Kipman, verdadeiro amigo do Haiti

— Marcela Nicodemos, uma diplomata excepcional

HISTÓRIA 36

Bicentenário da Independência: diplomacia e sentimento nacional no Brasil

ARTES 40

A Semana de Arte Moderna de 1922: 100 anos de farra de playboys

LITERATURA 48

— Os diplomatas e suas histórias
— O colecionador de fronteiras
— Homem de papel
— Do incisivo ao canino: estórias de umas & outros

HUMOR 50

— Elas por elas
— Vai de valsa
— Punhos de renda

PROFISSÃO: **DIPLOMATA**

Cara(o)s leitora(e)s e querida(o)s colegas

Não sei se as senhoras e os senhores diplomatas que leem este editorial partilham do mesmo sentimento que eu: confesso que sentia um recôndito orgulho toda vez que tinha de preencher o campo "profissão" em algum formulário. Obviamente, não se tratava de vaidade ou deslumbramento, e sim de uma enorme gratidão por uma carreira que me trouxe imensas alegrias e que, ao mesmo tempo, me desafiou de formas que nenhuma outra seria capaz de fazer.

Alguns desses desafios estão descritos na matéria de capa desta edição da **Revista da ADB**, em que eu e outro(a)s colegas com vários anos de dedicação ao Serviço Exterior do Brasil contamos um pouco do lado menos conhecido da nossa profissão e reforçamos as razões pelas quais defendemos que a diplomacia é para profissionais. Sempre que possível, queremos contribuir para que a sociedade brasileira compreenda a natureza do nosso trabalho: creio que esse é o melhor remédio para evitar que a carreira seja vilipendiada por aqueles que ainda acreditam que ela é apenas um sinônimo de *glamour*.

É espantoso perceber que, em lugar de evoluirmos para a compreensão de que diplomacia se faz por diplomatas – o que naturalmente nos conduzirá a uma profissionalização cada vez maior da formulação e execução da nossa política externa –, estejam em curso esforços em sentido contrário, como se nota na PEC 34/2021. A proposta foi objeto de amplo debate nos últimos meses, nos quais a ADB manteve firme posição em defesa da carreira, como se observará na seção "Gestão em Foco" desta edição.

Ser diplomata é muito mais que carregar um título, uma insígnia. É fazer parte de uma tradição profundamente imbricada na construção do território e do Estado nacional. Como bem nos recorda o artigo do embaixador Benoni Belli sobre o bicentenário da Independência, a diplomacia foi fundamental para a construção do Brasil como conhecemos, desde as negociações do Tratado de Madri pelo santista Alexandre de Gusmão, passando pelas tratativas para o nosso reconhecimento pela comunidade internacional, até a definição de nossas fronteiras, concluída já no período republicano.

É uma tradição que se renova e que, nos dias atuais, permanece uma força viva e atuante na defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros nos mais diversos domínios, da cultura à economia, como nos mostram os textos sobre a Semana de Arte Moderna e sobre o papel do Itamaraty no "Programa de Parcerias de Investimentos", igualmente publicados nesta edição. Vale a pena conferir.

Termino por aqui desejando a todos uma excelente leitura!

Maria Celina de Azevedo Rodrigues Presidente da ADB e da ADB Sindical

NÃO À PEC 34/2021!

A ADB tem batalhado incansavelmente para obstar a aprovação da PEC 34/2021, que visa a alterar o inciso I do artigo 56 da Constituição para permitir que parlamentares possam assumir a chefia de missão diplomática permanente sem perda de mandato. A emenda foi proposta em outubro de 2021 pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

A partir de requerimento da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), foi realizada, em 05 de julho, uma Audiência Pública a fim de instruir a matéria. Na ocasião, a presidente da ADB, embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, reiterou as razões pelas quais a Associação e Sindicato se opõe à aprovação da PEC 34/2021.

TV SENADO/REPRODUÇÃO

Dano permanente à Política Externa

"Não se pode misturar interesse político-eleitoral e políticas de governo com política de Estado. A tradição brasileira é de uma política de Estado que exige pragmatismo e racionalidade. Muito nos preocupa um desequilíbrio nesse sistema, sobretudo diante do número expressivo de embaixadas brasileiras distribuídas pelo mundo que poderiam se tornar objeto de negociações pelo Executivo em busca de apoio político do Congresso Nacional", afirmou a senadora Mara Gabrilli na abertura da audiência pública.

Presente à audiência, o senador Espiridião Amin (PP-SC) manifestou sua absoluta contrariedade ao objetivo da PEC 34/2021, que na sua avaliação é incongruente do ponto de vista constitucional e não atende ao interesse público.

O ex-chanceler Aloysio Nunes destacou que, já na Assembleia Constituinte de 1988, houve a tentativa de facultar a designação de parlamentar para a chefia de postos no exterior sem perda de mandato, mas que a proposta foi "fulminada" já naquela ocasião. "Uma mudança constitucional dessa natureza causaria um dano permanente na política externa brasileira", asseverou.

Lógicas e hierarquias distintas

Representando o Ministério das Relações Exteriores, a diretora do Instituto Rio Branco, embaixadora Glivânia Maria de Oliveira, destacou o rigoroso processo de seleção e aperfeiçoamento da formação dos diplomatas brasileiros, salientando o impacto da aprovação da PEC 34/2021 nas perspectivas dos jovens sobre a carreira.

O deputado Marcelo Calero observou que há atribuições da chefia de missões diplomáticas permanentes que são intrinsecamente incompatíveis com a atividade política. "Cabe ao chefe da missão diplomática organizar as eleições brasileiras no país onde está servindo. Imaginemos que um deputado federal licenciado do mandato enfrente uma eleição no exterior – a condução daquele processo será imparcial, sendo o chefe do posto vinculado a um partido e representante de um recorte ideológico?", questionou.

Essa crítica foi corroborada pelo embaixador José Alfredo Graça Lima, Vice-Presidente do Conselho Curador do

CEBRI - Centro Brasileiro de Relações Internacionais. "Gostaria de recordar o preceito bíblico de que não se deve servir a dois senhores", observou.

Também participaram da audiência (cuja gravação está disponível na íntegra em youtu.be/2wOF1lplml8) a senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), designada relatora da matéria, e os professores e pesquisadores de Relações Internacionais Guilherme Casarões, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e Mathias Alencastro, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Riscos

A ADB discorda particularmente dos argumentos em que se sustenta a PEC 34/2021, que não se coadunam com a longa história e com os modos de funcionamento da diplomacia brasileira. No regime atual, o Executivo propõe e o Legislativo avalia as designações a chefias de missão diplomática, o que resguarda o equilíbrio entre os Poderes.

O modelo obedece à relação hierárquica que garante a unidade e a coerência da política externa brasileira: por definição e por força de suas prerrogativas constitucionais, os parlamentares não se submetem à hierarquia inerente ao serviço exterior brasileiro. Convém observar, ainda, que o exercício da chefia de Missão diplomática permanente só é possível mediante a anuência do Senado Federal, segundo o rito estabelecido pela Constituição.

Em nota publicada no dia 06/7, também o Ministério das Relações Exteriores reiterou que a aprovação da PEC 34/2021 afetaria a cláusula pétrea da separação de Poderes e a competência privativa do Presidente da República, e reforçou que todo(a) Embaixador(a) deve obediência à(ao) Presidente por intermédio do(a) Ministro(a) das Relações Exteriores. A nota está disponível em bit.ly/pec342021.

> "NÃO SE PODE **MISTURAR INTERESSE** POLÍTICO-ELEITORAL E POLÍTICAS DE GOVERNO COM POLÍTICA DE ESTADO. A **TRADIÇÃO BRASILEIRA** É DE UMA POLÍTICA DE ESTADO QUE EXIGE **PRAGMATISMO E RACIONALIDADE**"

Repercussão na imprensa

A proposta de emenda constitucional visando permitir a parlamentares acumular mandatos com a chefia de postos no exterior foi amplamente criticada nos principais veículos de imprensa do país. "É absurda a PEC que deixa político com mandato virar embaixador" foi o título de editorial do jornal O Globo publicado em 04 de julho. No mesmo veículo, a jornalista Miriam Leitão publicou texto intitulado "Um tiro será dado no coração da diplomacia profissional caso se for aprovada a PEC dos políticos embaixadores" e o jornalista Merval Pereira afirmou que a PEC 34/2021 demonstra "uma intenção fisiológica capaz de destruir nossa diplomacia", em artigo intitulado "Os sem-noção".

No artigo "Legislando em causa própria", publicado em 02/7 no site "Congresso em Foco", do portal Uol, os ex-ministros das Relações Exteriores José Serra e Aloysio Nunes afirmaram que a PEC 34/2021 "pode ser considerada uma manobra em que parlamentares legislariam em causa própria e favoreceriam barganhas políticas pouco republicanas entre grupos parlamentares e o Executivo".

No jornal Estadão, os editoriais "Embaixada não é sinecura" e "Politicagem na Política Externa" reforçaram que a PEC 34/2021 "se trata de uma flagrante violação de cláusula pétrea da Constituição, a separação de Poderes" e que a proposta "mistura questões de Estado com política miúda".

Acesse a edição digital da Revista da ADB para ter acesso aos links

ADB: O SINDICATO DOS **DIPLOMATAS BRASILEIROS**

Nota técnica da Secretaria do Trabalho/Ministério da Economia, enviada em resposta a requerimento administrativo apresentado pela Associação e Sindicado dos Diplomatas Brasileiros (ADB), confirma o registro sindical da entidade e reforça que, em atenção ao princípio da unicidade sindical (art. 8º, inciso II, da Constituição Federal), cabe à ADB a representação dos diplomatas brasileiros.

ADB NA MÍDIA

PROJETO **ADOTE UMA FAMÍLIA** GANHA PRÊMIO E É DESTAQUE NA IMPRENSA

TV GLOBO/REPRODUÇÃO

No dia 02 de abril, o DFTV, jornal local da TV Globo, noticiou o reconhecimento nacional do projeto "Adote uma Família" pelo prêmio "Educação para a gentileza e generosidade 2021".

Realizada entre fevereiro e outubro do ano passado, a iniciativa mobilizou os associados da ADB visando garantir segurança alimentar e bem-estar a famílias de alunos de escola pública localizada na região do Sol Nascente por meio da distribuição regular de cestas básicas. O projeto atendeu a 84 famílias em situação de vulnerabilidade social por conta da pandemia.

A ADB agradece, mais uma vez, aos mais de cem associados que se envolveram no projeto e reforça a satisfação em levar alimento e alegria a essas famílias, bem como em incentivar a educação no país. A reportagem sobre o projeto está disponível em youtu.be/ID28Qi9afm4.

ENTREVISTA À GLOBONEWS

No dia 06 de julho, a embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues participou ao vivo do programa "Estúdio i", da GloboNews, para falar sobre a PEC 34/2021, que foi unanimemente criticada no dia anterior durante audiência pública no Senado Federal.

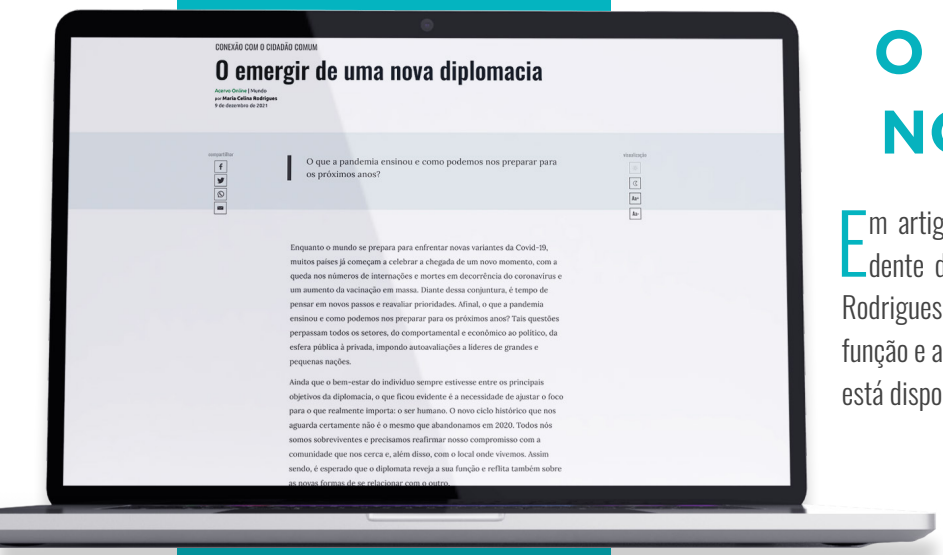
Na ocasião, a presidente da ADB respondeu a perguntas da(o)s jornalistas Andréia Sadi, Marcelo Lins, Valdo Cruz, Flávia Oliveira e Natuza Nery sobre o impacto da eventual aprovação da PEC proposta pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP) para permitir que congressistas assumam a chefia de postos no exterior sem perda de mandato. Assista à entrevista em: glo.bo/3ALQdXg

GLOBONEWS/REPRODUÇÃO

ENTREVISTA AO

DIPLOMACIA BUSINESS

Em entrevista ao "Diplomacia Business", a embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, presidente da ADB Sindical, contou um pouco sobre sua trajetória profissional e falou sobre temas importantes para a carreira, como a Proposta de Emenda Constitucional 34/2021, que exime de perda de mandato parlamentares designados para chefiar missões diplomáticas. A entrevista está disponível em bit.ly/adbpec34.



ARTIGO

O EMERGIR DE UMA NOVA DIPLOMACIA

Em artigo publicado no Le Monde Diplomatique Brasil, a presidente da ADB/Sindical, embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, reflete sobre a necessidade de repensar e transformar a função e a atuação dos diplomatas no mundo pós-pandemia. O texto está disponível em bit.ly/lemondeadb.

FESTA DO **DIA DO DIPLOMATA**

No dia 06 de maio, a ADB Sindical organizou confraternização no Clube das Nações em homenagem ao Dia do Diplomata (20 de abril, data do aniversário de nascimento do patrono da diplomacia brasileiro, o Barão do Rio Branco).

Na ocasião, a presidente da Associação e Sindicato, embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, agradeceu a presença de todos e enfatizou a importância da interação entre diferentes gerações de diplomatas. "É uma alegria ver aqui hoje desde os jovens alunos do Rio Branco até chefes de postos no exterior, trocando ideias, opiniões, ajudando a transmitir a experiência do que é ser diplomata de geração a geração. São essas vivências que nos trazem o orgulho de ser diplomata. Agradeço a todos por poder testemunhar essa passagem de bastão, as gerações se sucedendo sem deixar esmorecer o orgulho de fazer parte dessa carreira", afirmou.

ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DOS SERVIDORES DO ITAMARATY (AFSI) TEM NOVA SEDE NO MRE

A Associação dos Familiares dos Servidores do Itamaraty (AFSI) agora está presente na sala 127 no subsolo do Anexo II do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ficando disponível no ramal 2030-6544.

"Com este espaço físico, contamos poder continuar o nosso trabalho em prol das famílias dos servidores. Estamos disponíveis para auxiliar com as dúvidas e anseios nos processos de mudança e adaptação à vida no exterior, assim como com os desafios colocados aos recém-chegados a Brasília, nomeadamente os enfrentados pelos cônjuges estrangeiros", afirma Liana Fernandes, presidente da AFSI.

Uma vez que, à semelhança da ADB, o trabalho da diretoria da AFSI é fruto da dedicação de voluntários que doam parte do seu tempo às associações, os horários presenciais na sala serão limitados. Por essa razão, a AFSI disponibiliza contato por e-mail (familiares.itamaraty@gmail.com) por meio do qual estará sempre pronta a responder às questões dos associados, bem como website (afsi.org.br) onde há mais informações disponíveis sobre o trabalho da organização.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA: O ITAMARATY E O PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTO (PPI)

A correlação entre o nível de investimento em infraestrutura e o desempenho da economia é conhecida tanto na literatura econômica, quanto na experiência empírica. Investimentos no setor de transportes e energia, em especial, têm grande impacto na produtividade econômica.

Estudo realizado pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) estima que são necessárias inversões anuais de pelo menos 4,3% do PIB, nos próximos dez anos, para que o país possa superar os principais *gaps* de infraestrutura. Desde 2015, porém, os investimentos no setor têm-se mantido abaixo de 2% do PIB por ano.

Diante de algumas restrições fiscais que dificultam a realização de investimentos públicos em infraestrutura de forma continuada, gestores em todas as esferas de governo têm buscado ampliar a participação dos investimentos privados. No caso do governo federal, desde 2016, esses esforços têm sido sistematizados por meio do Programa de Parcerias de Investimento (PPI).

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)

O PPI foi criado pela Lei 13.334/2016 para ampliar e fortalecer a interação entre Estado e iniciativa privada no Brasil, por meio da celebração de contratos de parceria para execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização.

Nesse contexto, chamamos de parcerias as diversas modalidades de contrato entre Estado e particulares visando à prestação de serviços públicos, como as concessões comuns (regidas, principalmente, pela lei 8.987/1995) e as chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP), como são conhecidas no Brasil as concessões reguladas pela lei 11.079/2004 (concessões administrativas e patrocinadas)[1].

Essa distinção conceitual é importante: no exterior, o termo *Public-Private Partnership* (PPP) costuma ter significado mais abrangente que aquele utilizado no Brasil, o que frequentemente é fonte de equívoco em traduções não especializadas.

Facilitador de projetos

Um dos pilares para a concepção do Programa foi o entendimento de que os gargalos de infraestrutura no país não poderiam ser superados somente com investimento público: seria fundamental mobilizar a *expertise* dos investidores privados, de modo a aperfeiçoar a alocação de recursos e garantir a qualidade e a continuidade da prestação dos serviços.

Outra premissa importante foi a percepção de que, para além da disponibilidade de liquidez, era fundamental a existência de projetos robustos juridicamente, com qualidade e consistência técnica, em um ambiente de negócios estável e seguro para os investidores.

Nesse sentido, o PPI atua como um facilitador de projetos de infraestrutura considerados prioritários para o desenvolvimento do país, tanto por conta do apoio à estruturação dos projetos, quanto pelos esforços para aprimoramento regulatório nos setores e mercados que possuam empreendimentos qualificados no Programa.

1 Grosso modo, pode-se dizer que a principal diferença entre essas modalidades é que, nas concessões comuns, a remuneração do parceiro privado é baseada exclusivamente em tarifas pagas pelos usuários dos serviços; já nas concessões administrativas e patrocinadas, há apoio financeiro direto ou contingente do poder público, seja de forma complementar às receitas pagas pelo usuário (concessões patrocinadas), seja como fonte primária de receita (concessões administrativas).

O PPI FUNCIONA COMO UM HUB DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS:

O Programa facilita o diálogo dos investidores com o governo, possibilitando a interlocução entre eles e os diferentes agentes públicos envolvidos nos projetos qualificados.

Governança

Por força de lei, uma vez que uma iniciativa é qualificada na carteira do PPI, ela adquire status de empreendimento de interesse estratégico, sendo-lhe conferida prioridade nacional perante todos os agentes públicos nas esferas administrativa e controladora da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A decisão sobre quais projetos devem integrar esse portfólio, bem como sobre temas relacionados à execução dos contratos de parceria e desestatização, cabe ao Conselho do PPI, que reúne as seguintes autoridades: Presidente da República; Ministro(a)s da Economia, da Casa Civil, da Infraestrutura, de Minas e Energia, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Regional e da Secretaria de Governo; e Presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Cabe à Secretaria Especial do PPI (SEPPI), por seu turno, coordenar, monitorar, avaliar e supervisionar as ações do Programa e apoiar as ações setoriais necessárias à sua execução, a fim de preparar projetos consistentes com o interesse público e atrativos ao investidor privado. Atualmente vinculada ao Ministério da Economia, a SEPPI já fez parte da Secretaria-Geral (2017-2019) e da Casa Civil (2019-2020) da Presidência.

O papel do Itamaraty

Embora a Lei 13.334/2016 não tenha indicado expressamente a figura do(a) Ministro(a) de Estado das Relações Exteriores como membro do Conselho do PPI, com direito a voto, a autoridade é regularmente convidada a tomar assento nas reuniões do Conselho e comanda um dos órgãos que contribui regularmente para a consecução exitosa dos objetivos do Programa.

O apoio da Divisão de Promoção de Investimentos (DINV / Departamento de Promoção Comercial e Investimentos), das Embaixadas e Consulados do Brasil no exterior e da ApexBrasil, entre outras áreas vinculadas ao Ministério, tem sido fundamental na proposição, coordenação e execução de ações visando à divulgação das mudanças no ambiente de negócios brasileiro e à promoção internacional da carteira de projetos qualificados no PPI.

Esse apoio abrange desde a definição da melhor estratégia e assistência direta para realização de missões e *roadshows* nos quais a SEPPI apresenta o portfólio a investidores e empresários estrangeiros,

até a realização de seminários presenciais e virtuais sobre o Programa por iniciativa de nossa rede de postos no exterior.

Inclui, ainda, o mapeamento e interlocução com fundos e empresas internacionais para que os especialistas do PPI possam dialogar diretamente com o setor privado estrangeiro, não apenas na etapa de divulgação de projetos estratégicos, mas, sobretudo, na etapa de estruturação desses projetos.

Principais entregas

2016/2022

274 LEILÕES/PROJETOS

Expectativa de Investimentos	Outorgas/ Bônus
R$ 1,15 TRI	**R$ 222,8 BI**

PREMISSA: Desenvolvimento Sustentável

Apresentação institucional do Programa de Parcerias de Investimentos

Crise e oportunidade

Todo esse esforço tem valido a pena: malgrado o cenário desafiador dos últimos anos, os investidores estrangeiros têm demonstrado desejo de apostar nos projetos de infraestrutura prioritários para o Brasil.

Desde 2016, já participaram dos leilões do PPI empresas de mais de 20 países: Alemanha, Austrália, Canadá, Catar, Cazaquistão, Chile, China, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Indonésia, Itália, Malásia, México, Noruega, Portugal, Reino Unido, Singapura e Suíça. Em 38,7% dos leilões realizados no âmbito do Programa, as vencedoras foram empresas estrangeiras, sozinhas ou consorciadas com empresas brasileiras.

Em certo sentido, nossas deficiências são também nossas potencialidades: como observou um embaixador estrangeiro servindo em Brasília, somos um país atrativo para o investidor estrangeiro mesmo em momentos de crise. Há países em que a demanda por infraestrutura está condicionada às perspectivas de crescimento das economias; no caso do Brasil, os gargalos de infraestrutura são de tal monta que, mesmo em cenário de baixo crescimento, há uma demanda reprimida elevadíssima, com forte potencial para gerar retorno ao investidor.

Carteira de projetos

Os projetos realizados ou em execução no âmbito do PPI reúnem ativos do governo federal em uma ampla gama de setores, abrangendo não apenas segmentos tradicionais de infraestrutura (como logística e transportes, mobilidade urbana, energia, mineração e telecomunicações), como também áreas inovadoras, mais dependentes de coordenação governamental.

Enquadram-se no último caso as concessões de florestas para manejo sustentável, de parques nacionais para visitação e de ativos do patrimônio histórico para revitalização e uso turístico. São projetos com grande potencial de replicação em todo o país para melhoria da eficiência, geração de empregos e de renda, além de contribuir para a preservação de recursos naturais e para a proteção do patrimônio cultural.

O portfólio de projetos compreende, ainda, ativos de entes federativos, em iniciativas cujo objetivo é prover infraestrutura social e urbana. Nesse caso, o apoio do governo federal é viabilizado por meio das instituições oficiais de crédito cujos presidentes têm assento no Conselho do PPI: BNDES e Caixa.

Pode-se dizer que esse processo se organiza de forma *bottom-up*, isto é: cabe aos gestores municipais e estaduais buscar o apoio do governo federal para realizar esses projetos, com ampla autonomia decisória. Prefeitos e governadores são protagonistas nessas iniciativas.

No âmbito do apoio a governos subnacionais, foram definidos como prioritários

para a preparação de projetos os setores de saneamento básico, iluminação pública, distribuição de gás canalizado, estabelecimentos da rede pública de educação infantil (creches), unidades socioeducativas e sistemas prisionais estaduais.

Vale lembrar que o Conselho do PPI tem competência para definir e deliberar, de forma bastante dinâmica, sobre os projetos e políticas públicas de infraestrutura que têm caráter prioritário e que podem integrar o Programa. A cada reunião do Conselho (algo entre quatro e cinco vezes ao ano), novas iniciativas têm sido qualificadas no portfólio do PPI, que reúne, nesta data, cerca de 224 projetos e 16 políticas públicas.

Resultados

Da criação do PPI até agosto de 2022, 274 projetos haviam sido concluídos com apoio do Programa, em setores como óleo e gás, transportes (aeroportos, rodovias, ferrovias, portos e terminais portuários), energia (geração, transmissão e distribuição), mineração, telecomunicações, terminais pesqueiros, saneamento, iluminação pública, parques nacionais e abastecimento.

A expectativa é de que o conjunto de ativos leiloados desde 2016 mobilize pelo menos R$ 1,15 trilhão de investimentos em bens de capital (CAPEX) e em despesas operacionais (OPEX) ao longo dos prazos de execução dos contratos, que, em geral, variam entre 10 e 35 anos a partir da assinatura dos termos. A maior parte dos investimentos deve ser executada já nos primeiros anos de concessão.

Vale mencionar que, embora a arrecadação não seja o principal fator motivador para a realização das parcerias no âmbito do Programa, os projetos já leiloados resultaram em outorgas mínimas de R$ 222,8 bilhões.

Prosperidade e desenvolvimento

Para além dos impactos de curto prazo, vale lembrar os efeitos de longo prazo do incremento dos investimentos no setor de infraestrutura.

Quase metade da população brasileira não tem acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto, e cerca de 32 milhões de nacionais não contam sequer com abastecimento de água potável. A expansão da cobertura desses serviços via parcerias tem potencial para melhorar a qualidade de vida de milhares de brasileiros, com forte impacto nos indicadores de saúde, de educação e de produtividade.

Os investimentos destinados a modernizar o sistema logístico brasileiro, inclusive por meio da valorização de modais mais eficientes, como o ferroviário, vão contribuir para reduzir o impacto das despesas operacionais na realização de negócios no país – o chamado "Custo Brasil". O mesmo pode ser dito dos leilões de geração de energia, sejam eles destinados a expandir a capacidade, repor contratos, gerar reserva de capacidade ou aumentar a participação de fontes renováveis.

Finalmente, vale destacar a oportuna realização do leilão para viabilizar a operação nas faixas de frequência do 5G no Brasil, em modelagem atenta à soberania do país. O Brasil não ficará para trás no processo de modernização que ensejará uma velocidade de Internet 20 vezes mais rápida e que já está largamente adiantado nos Estados Unidos, na China e em diversos países europeus.

Inspirado no "*Infrastructure and Projects Authority*" inglês, o PPI foi lançado em 2016 e vem se aperfeiçoando como política pública desde então, mostrando vitalidade e relevância. Oxalá possa contribuir por mais longos anos para promover os necessários investimentos na infraestrutura brasileira.

Segunda-Secretária Clarissa Alves Machado, ex-Assessora Internacional do PPI, atualmente lotada na Embaixada do Brasil em Lisboa.

Este artigo foi escrito a título pessoal e não necessariamente reflete posições oficiais do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia.

ENTREVISTA COM VANUSIA NOGUEIRA, NOVA DIRETORA-EXECUTIVA DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ (OIC)

No dia 1º de maio, a brasileira Vanusia Nogueira assumiu a Diretoria-Executiva da Organização Internacional do Café (OIC), entidade que reúne 75 países que representam 93% da produção e 64% do consumo mundial da *commodity*, e que constitui, desde 1962, o principal organismo intergovernamental para o setor cafeeiro.

Nascida em Minas Gerais, Nogueira vem de uma família de produtores e comercializadores de café. Doutora em Administração pela *Universidad Nacional de Rosario* (Argentina), possui títulos de Mestre em Gestão de Empresas e de Especialista em Gerenciamento Avançado de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), além de ser bacharel em Tecnologia da Informação (TI) e em Gestão pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Nesta entrevista para a **Revista da ADB**, a nova Diretora-Executiva da OIC conta um pouco da sua trajetória, fala sobre os planos à frente da organização e um pouco sobre o panorama do comércio internacional de café nos dias de hoje.

Sua candidatura à Diretoria-Executiva da OIC foi recomendada ao governo federal pelas principais entidades de classe do setor cafeeiro no Brasil, endossada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e referendada pela Presidência da República. A que elementos da sua formação e trajetória você atribui esse reconhecimento tanto no setor privado, quanto no setor público?

Meus últimos 20 anos foram dedicados ao setor de café, aonde cheguei por convite do setor privado, após grande experiência em consultoria internacional, atuando em diversos setores. Com minha formação acadêmica e profissional, trouxe ao café uma série de práticas de gestão e marketing muito aplicadas em outros setores e que ainda estavam muito distantes do conservador setor cafeeiro. Como filha e neta de cafeicultores, eu vivi a decisão de não permanecer em uma pequena cidade de interior e trabalhando no setor, por não enxergar a perspectiva de um futuro promissor. Como uma criança com muitos "por quês?", fomos aos poucos montando estratégias e ações de reposicionamento dos cafés brasileiros internacionalmente, trabalhando muito com as entidades privadas do setor, assim como com o MAPA, o MRE e a ApexBrasil. Hoje, digo com orgulho que nossos cafés são muito conhecidos e reconhecidos no mundo. Quem diz que não conhece nosso produto, é porque é novo no setor.

Quais serão suas prioridades à frente da OIC? Há uma preocupação de tomar decisões adequadas à agenda ESG (*Environmental, Social and Governance*)?

A agenda ESG faz parte de minha vida muito antes de criarem a sigla. Eu vivo uma agenda Ambiental, Social, de sustentabilidade econômica, de governança e também de qualidade há cerca de 20 anos. A OIC já começou a realizar trabalhos nessa mesma linha, através de uma Força Tarefa criada em 2020 para endereçar, em conjunto com o setor privado e a sociedade civil, os maiores desafios do setor. Acredito fortemente na união e na parceria entre os diversos atores dessa cadeia; buscar essa união e promover a maior representatividade da Organização estão entre minhas prioridades. Temos 75 países membro na OIC, vamos buscar os demais. Identificamos que de alguma forma todos os 196 países do mundo tem envolvimento com o produto. Queremos todos eles engajados em nossos projetos.

A OIC passou por transformações importantes ao longo de sua história, como o fim do sistema de quotas de produção e exportação de grãos na década de 1990. Quais são as perspectivas e principais desafios para os próximos anos?

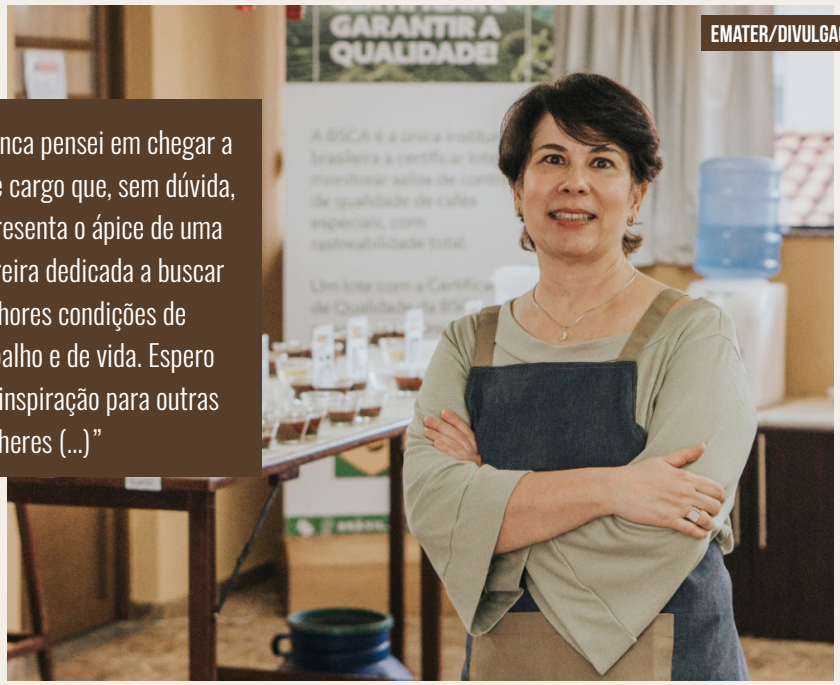
Precisamos ter novamente uma agenda propositiva e que agregue valor a todos os elos da cadeia. Em sendo uma Organização cuja participação é de caráter voluntário, precisamos estar sempre em buscar da agregação de valor tanto para os países produtores (exportadores) como para os países consumidores (importadores). O grupo é bastante heterogêneo e atender a todas as demandas não é das tarefas mais simples, mas eu amo desafios e os encaro como oportunidades.

Você será a primeira mulher a comandar a OIC em quase 60 anos de existência da organização. Como é ocupar esse espaço? Acredita que poderá inspirar outras mulheres a ocupar posições de poder?

Bem, é uma honra ser a primeira de muitas que virão no futuro. Nunca pensei em chegar a este cargo que, sem dúvida, representa o ápice de uma carreira dedicada a buscar melhores condições de trabalho e de vida. Espero ser inspiração para muitas outras mulheres, fazendo bem e feliz aquilo que realmente gosto.

Pode falar um pouco sobre o mercado internacional de café? Quais são as principais tendências em termo de produção e consumo?

Acredito que de uma forma geral, podemos falar em tendências de "gourmetização" do setor, como vivenciamos antes com os vinhos e as cervejas. Já vínhamos com essa forte tendência no período pré-pandemia e ela se acentuou desde então.



EMATER/DIVULGAÇÃO

"Nunca pensei em chegar a este cargo que, sem dúvida, representa o ápice de uma carreira dedicada a buscar melhores condições de trabalho e de vida. Espero ser inspiração para outras mulheres (...)"

O hábito de consumo no lar foi aprimorado com as experiências com as cápsulas, com os *drip coffees [método de preparo do café coado por meio de um sachê de bolso]*, com os cafés de origens. Agora com o mundo retornando aos poucos ao "normal", acreditamos que os consumidores retornarão às suas experiências fora de casa, mas seguirão com os prazeres nos lares também.

O Brasil é o maior produtor mundial de café, e o produto sempre figurou entre as nossas principais exportações mesmo nos últimos dez anos, em que a China se tornou nossa principal parceira comercial (o consumo do produto é relativamente baixo no país asiático). O que nos diferencia em matéria de produção? Qual o segredo do nosso sucesso?

Eu costumo dizer que o café encontrou no Brasil a sua vocação. Muitos de nossos produtores o fazem por oportunidade de negócio, mas também por prazer. Eles têm um nível de profissionalização muito mais elevado que os países concorrentes, o que leva a um nível de produtividade, qualidade e a custos de produção muito competitivos. Tudo isso foi conseguido com um grande apoio da Embrapa e do Consórcio de Pesquisa e Desenvolvimento da Cafeicultura, liderado pela Embrapa Café e composto por diversas Universidades, Fundações e Institutos de Pesquisa Brasil afora. Vale também lembrar o excelente trabalho de extensão rural realizado por nossas Ematers *[Institutos de Assistência Técnica e Extensão Rural nos Estados]* e similares nos diversos estados produtores, assim como de nossas cooperativas.

Entrevista concedida por Vanusia Nogueira à **Secretária Clarissa Alves Machado**

PRA NÃO DIZER QUE **SÓ FALEI DAS FLORES**

Viajar pelo mundo, participar dos bastidores da política, frequentar jantares e coquetéis, sempre com certo ar de reserva e polidez: o imaginário popular amiúde atribui à(o)s diplomatas brasileira(o)s uma aura de glamour e fidalguia que nos associa quase que irremediavelmente aos famosos "punhos de renda".

Nas falas de aspirantes à carreira, é notória a ideação de que passar no concurso de admissão é sinônimo de entrar em um clube de elite, onde se leva uma "vida de Instagram".

Na mídia, às vezes nos retratam como uma casta privilegiada do funcionalismo público, e não como uma classe profissional com funções específicas.

Mesmo autoridades experientes parecem não compreender de todo a natureza do nosso trabalho.

Se, por um lado, temos o privilégio de exercer um ofício que nos enseja conhecer o mundo, vivenciar intensamente outras culturas, interagir com personalidades célebres e assistir de perto a momentos decisivos da história, por outro, enfrentamos alguns desafios muito particulares, que nos distanciam das imagens idealizadas.

Nesta edição da **Revista da ADB**, inspirados por histórias registradas aqui e acolá (muitas delas no livro *"Os diplomatas e suas histórias*", organizado pela embaixadora Leda Lúcia Camargo), decidimos contar um pouco sobre os aspectos menos glamorosos da carreira.

E só para deixar claro desde já: como diz o lema da ADB, "orgulho de ser diplomata" não nos falta, mas sói reconhecer que a vida diplomática está longe de ser um mar de rosas...

Um sacerdócio

Há concursos que mudam nossas vidas; há concursos que a condicionam.

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) encaixa-se entre os últimos: além das obrigações comuns a todo servidor público, diplomatas têm deveres específicos que se estendem à esfera pessoal, como a determinação legal de ter comportamento correto e decoroso na vida privada e de solicitar autorização do Ministro de Estado para casar com pessoa de outra nacionalidade.

"Em muitos aspectos, a carreira é uma espécie de sacerdócio: exige devotamento e abnegação permanentes na defesa dos interesses nacionais. O diplomata é diplomata 24 horas por dia, aonde quer que vá", afirma a embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, presidente da ADB.

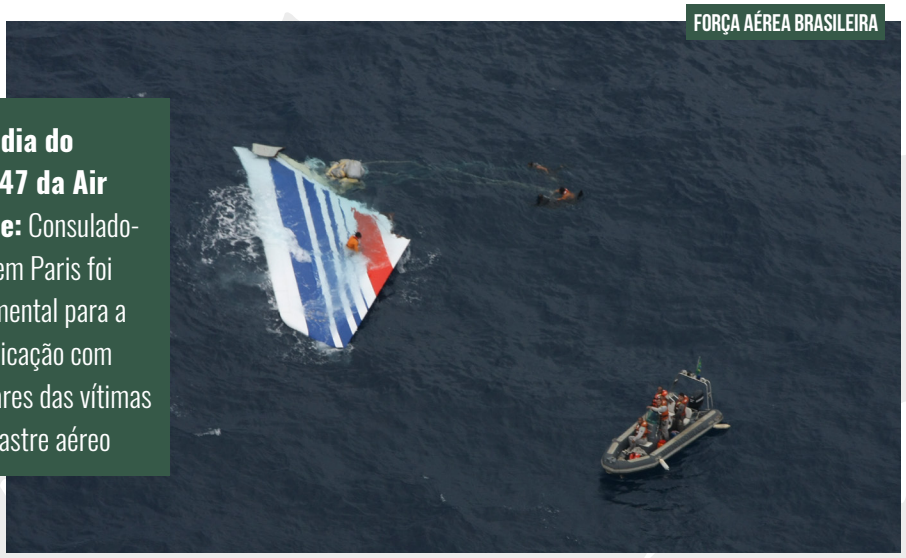
Por força de lei, não existe horário "fora do expediente": servimos sob o regime de dedicação integral, o que significa ter disponibilidade para participar de uma recepção até tarde da noite, buscar uma autoridade no aeroporto no sábado de manhã, atender ao telefone de madrugada ou visitar uma delegacia em pleno feriado.

Às vezes, as demandas são planejadas; noutras, simplesmente – ou catastroficamente – acontecem.

"Uma das experiências que mais me marcou foi a queda no Atlântico de avião da *Air France* em voo com destino a Paris, onde eu servia como cônsul-geral. Era feriado de Pentecostes. Ao ser informada, fui imediatamente ao aeroporto para entrar em contato com autoridades locais e me colocar à disposição", conta a embaixadora Maria Celina.

"Não tenho palavras para descrever o sentimento das famílias à espera de notícias. Tinha de explicar a muitos deles a dimensão daquela tragédia – alguns não conseguiam assimilar que não havia sobreviventes", relembra[1].

1 Relato disponível no Podcast da ADB no Spotify. Disponível em spoti.fi/3IfkWOM


FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Tragédia do voo 447 da Air France: Consulado-Geral em Paris foi fundamental para a comunicação com familiares das vítimas do desastre aéreo

Nos meses seguintes, foi necessário fazer a interlocução entre as equipes de resgate e as famílias que desejavam dar um destino digno a seus entes queridos.

"Havia *briefings* com os times técnicos com explicações que me obriguei a assistir para poder esclarecer por que nem todos conseguiriam dar um sepultamento adequado aos seus. Trago comigo até hoje lembranças do sofrimento dessas famílias", desabafa a embaixadora.

Plantão consular

A área consular deveras exige fibra: não se limita à execução das tarefas rotineiras no horário normal de expediente, envolve uma gama imprevisível e potencialmente delicada de situações e pode demandar ação imediata a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer dia da semana.

"Um consulado pode ser descrito como um misto de cartório e delegacia policial, embora sem poder de polícia. Emitimos documentos, realizamos casamentos e outros atos notariais, mas também prestamos assistência e intercedemos em defesa dos direitos de brasileiros no exterior", explica o embaixador João Solano Carneiro da Cunha, que foi cônsul-geral do Brasil na Cidade do México e em Córdoba.

As experiências acumuladas naqueles anos inspiraram o embaixador a escrever contos[2] dignos de literatura policial: são narrativas ficcionais bastante verossimilhantes, sobre nacionais que perdem a vida de forma violenta ao imigrar ilegalmente, prisões arbitrárias, vítimas de tráfico de pessoas e outras situações para as quais não há uma receita de bolo sobre como agir.

"As atividades rotineiras são muitas e variadas, mas as instruções estão definidas no Manual de Serviço. Só que muitas das situações com que se depara um agente consular não estão nesse documento, e os casos de assistência consular podem ser bem complicados e espinhosos, exigindo bom senso e mesmo capacidade de improvisação", diz o embaixador.

Falando em capacidade de improvisação, vale a pergunta: o Itamaraty realmente não improvisa?

Segundo nos conta a embaixadora Maria Dulce Silva Barros, a frase *"El Itamaraty no improvisa!"* teria sido dita pelo chefe do Cerimonial de um país vizinho, encantado com a eficiência de seu homólogo brasileiro na organização de uma visita de alto nível[3].

Ela discorda, contudo, dessa afirmação. "O Itamaraty é obrigado a improvisar e o faz com bastante naturalidade. Não existe diplomata que não tenha que encarar situações não previstas em sua agenda, seja em Brasília, seja em qualquer outro ponto cardeal do planeta. Claro está que os planejamentos precisam ser feitos e, no geral, as solenidades marcantes são preparadas e executadas com o devido rigor. Mas ter jogo de cintura é fundamental".

Quem sabe faz ao vivo

No Cerimonial, em particular, saber lidar com o inesperado (e superar as inevitáveis gafes) está no *job description*. O trabalho é intenso, exige esmero, sensibilidade e presteza, e é preciso espírito para encarar o fato de que escolher mal um menu ou se esquecer de hastear uma bandeira podem gerar grande mal-estar...

Se causou bafafá a suposta confusão da cantora Anitta, que ousou brandir a bandeira da Espanha em show realizado

2 Os contos estão reunidos no eBook "Plantão Consular". Disponível em amzn.to/3zTe5Gn

3 Crônica "Diplomatas e Burocratas". Disponível em "**Os diplomatas e suas histórias**".

em Lisboa, imagine se uma chancelaria manda tocar a *Waltzing Matilda* no lugar do hino australiano ou serve vinho *bouchonné* à família real?

"Em uma reunião internacional, se o diplomata percebe que não transmitiu corretamente a instrução que recebeu ou foi mal-entendido, pede a palavra e corrige o erro; os discursos normalmente são escritos vezes e mais vezes, até alcançar a quase perfeição; já trabalhar no cerimonial, por outro lado, é como viver: o que está feito está feito, não tem volta", diz a embaixadora Silva Barros.

SIC RADICAL/REPRODUÇÃO

Atração do Rock in Rio Lisboa, a cantora Anitta exibiu a bandeira espanhola gerando críticas do público e dos fãs

A depender da agilidade dos assessores, às vezes, dá tempo de evitar (ou quase) um *passo em falso*. Como nos conta o embaixador Marcos Azambuja, em certa ocasião, o então ministro de Estado começou a ler um desses discursos perfeitos... só que não era o seu.

"As primeiras palavras nos soaram familiares, mas foi apenas quando nosso ministro agradeceu a hospitalidade que lhe era estendida e expressou sua satisfação em conhecer Brasília que nos demos conta de que estava lendo o discurso que deveria ser feito por seu convidado e que, como é habitual, nos havia sido encaminhado com antecedência", relata.

A presteza salvou a pátria.

"A cena seguinte se afastou da coreografia habitual diplomática e recriou um momento comum nos jogos de *rugby*, quando vários atletas se empilham para proteger a bola e, no nosso caso, o prestígio do chefe da diplomacia brasileira, que foi soterrado por uma massa compacta de assessores. O texto foi substituído como em um passe de prestidigitação e o orador retomou sua fala, dessa vez valendo-se do papel certo", narra o embaixador[4].

Rogo instruções

Fato é que, para além das vicissitudes que naturalmente desafiam qualquer planejamento, seja no Itamaraty ou alhures, nem sempre há instruções formais para responder a esta ou àquela autoridade local sobre questões sensíveis ou sobre como reagir diante de casos inusitados.

Quando assumiu brevemente a encarregatura de negócios da Embaixada do Brasil em Bagdá, em fins de 1987, o embaixador Flávio Macieira (à época um recém-promovido primeiro-secretário) foi convocado pelo chanceler iraquiano Tareq Aziz para responder sobre imbróglio envolvendo construtora brasileira.

"Alegando dívidas não pagas pelo contratador, a empresa começou a retirar os empregados do país, sinalizando a paralisação definitiva de obra prioritária para o governo iraquiano – um duto subterrâneo conhecido como 'Sifão de Nassiriah'. Até que Bagdá passou a negar vistos de saída aos trabalhadores, gerando fortes protestos nos acampamentos da construtora", explica o embaixador.

Inquirido por Aziz se podia garantir que a construtora permaneceria no Iraque para concluir a obra (e sem mais instruções além de "Resolva!"), a saída para o jovem secretário foi improvisar.

"Podia alguém, em sã consciência, garantir que aquela obra colossal de engenharia seria efetivamente terminada nos prazos previstos? Fui peremptório: a obra seria acabada! Os contratos seriam plenamente honrados! O Iraque não precisava se preocupar. Era natural

4 Crônica "Passos em falso". Disponível em "**Os diplomatas e suas histórias**".

que se negociassem ajustes e era esperado que as dívidas fossem saldadas pelo contratador, mas, sem dúvida, a empresa cumpriria os compromissos assumidos. Assim respondi a Tareq Aziz, todo-poderoso chanceler e vice-primeiro ministro do Iraque, que se deu por satisfeito e despediu-me cordialmente"[5].

Olé!

Do Rio Branco para o mundo

Para a embaixadora Leda Lúcia Camargo, que já chefiou as Embaixadas do Brasil em Maputo, Praga e Estocolmo, é natural que muitas decisões fiquem a cargo de quem está à frente das missões no exterior.

"É para isso que nos preparamos ao longo de toda a carreira, desde o ingresso no Instituto Rio Branco até a chefia de postos, cultivando uma sensibilidade própria ao exercício da diplomacia e desenvolvendo uma profunda compreensão sobre os interesses nacionais. Essa experiência, somada à proximidade com o 'teatro de operações', nos permite avaliar o melhor curso de ação a adotar mesmo a milhares de quilômetros de Brasília", afirma.

"Diplomata tem que estar preparado para o improvável. Diante de algo novo, dispõe-se de certa experiência que ajuda a analisar a situação e dar ordem ao caos", acrescenta a embaixadora.

O improvável, às vezes, chega às raias do anedótico. Que o diga o embaixador José Botafogo Gonçalves, que, em certa ocasião, quando servia na Embaixada do Brasil em Moscou, viu-se em palpos de aranha no Instituto de Ciências do Solo[6] por conta de uma intérprete atrapalhada.

"A Universidade de Pernambuco estava criando uma cadeira de estudos dos solos do Nordeste e soubera da existência do Instituto. O posto foi então instruído a obter cópias dos estatutos da famosa instituição. Dirigi-me a uma intérprete da Embaixada, com quem me comunicava em francês, explicando detalhadamente a solicitação a fim de que ela diligenciasse permissão para que eu pudesse buscar os documentos", relembra o embaixador.

Hélas, o francês da contratada russa era precário.

"Passados quase 60 anos, ainda sinto o arrepio correr pela espinha ao lembrar a situação: sentado à cabeceira da mesa de reunião do Instituto, cercado por catedráticos com lápis e papel na mão e o sistema de tradução inglês-russo ligado, ouvi do presidente da instituição as fatídicas palavras: 'senhor secretário, estamos prontos para ouvir sua conferência sobre os solos do Brasil'".

Bastava esclarecer o equívoco, correto? Absolutamente! Como dizia uma antiga piada infame, que não merece ser repetida na íntegra, "diplomata, quando diz SIM, quer dizer TALVEZ; quando diz TALVEZ, significa NÃO; quando diz NÃO, não é diplomata".

> "PARA ALÉM DAS VICISSITUDES QUE **NATURALMENTE** DESAFIAM QUALQUER PLANEJAMENTO, SEJA NO **ITAMARATY** OU **ALHURES**, NEM SEMPRE HÁ **INSTRUÇÕES** FORMAIS PARA RESPONDER A ESTA OU ÀQUELA AUTORIDADE LOCAL SOBRE **QUESTÕES SENSÍVEIS** OU SOBRE COMO REAGIR DIANTE DE **CASOS INUSITADOS**"

5 A história completa está na crônica "Tâmaras", em "**Os diplomatas e suas histórias**".

6 Criado no século XIX pelo naturalista Vasily Dokuchaev, o Instituto teve suas atividades incorporadas pelo Ministério da Agricultura da antiga União Soviética na década de 1960.

"Devorou-me a dúvida: esclarecer que estava ali apenas para recolher o texto do estatuto ou fazer a conferência? Valeria a pena arriscar a provocar um incidente diplomático?", perguntou-se o então terceiro-secretário.

"Optei pela solução mais diplomática: fiz a conferência sobre os solos do Nordeste do Brasil! Recordei-me, de imediato, das excelentes aulas de geografia brasileira no Instituto Rio Branco! Ainda hoje me surpreendo com a capacidade que tive, em poucos segundos, de responder a tantas e delicadas perguntas"[7].

Espada de Dâmocles

São essas vivências que permitem a diplomatas construir um repertório que permitirá, mais tarde, assumir compromissos maiores.

A chefia de postos no exterior, para além de um ofício de grande prestígio, é uma missão de imensa responsabilidade, em que a experiência e o domínio da linguagem diplomática são particularmente importantes para o êxito da política externa.

"É na prática que o diplomata é formado, não é só no estudo teórico e na boa vontade. Não se chega ao mais alto posto da carreira sem se ter passado décadas por experiências e sacrifícios que permitam ter direito a lá estar", assevera a embaixadora Leda Camargo.

"Como já observou um especialista em diplomacia, empresários, políticos e militares são atraídos por postos no exterior porque, como as repúblicas não concedem título de nobreza, a designação de embaixador se aproxima àquela honraria. Mas é equivocado acreditar que com inteligência e bom senso se adquire com facilidade a *expertise* que só anos de exercício da diplomacia proporcionam", acrescenta.

> "SÃO ESSAS **VIVÊNCIAS** QUE PERMITEM A DIPLOMATAS CONSTRUIR UM **REPERTÓRIO** QUE PERMITIRÁ, MAIS TARDE, ASSUMIR **COMPROMISSOS MAIORES**"

Embora a chefia de postos seja tratada como uma espécie de insígnia em certas ocasiões, quem administra *de fato* uma missão sabe que é um compromisso com desafios próprios e, por vezes, nada glamorosos.

"Ao assumir meu primeiro posto como embaixadora, no Senegal, encontrei a residência oficial em estado de deterioração deplorável. Perguntei-me se teria capacidade para atuar em todas as vertentes de trabalho necessárias – era a única diplomata no posto – e ainda encarar a tarefa hercúlea de recuperação do imóvel, próprio nacional, inaugurado em 1974, durante a gestão de João Cabral de Melo Neto", lembra a embaixadora Kátia Gilaberte, que chefiou a Embaixada do Brasil em Dacar entre 2005 e 2010.

Sem poder contar ainda com auxílio da equipe de empregados, a embaixadora conta que enfrentou, ao lado da amiga de longa data Marisa Bergmann – oficial de chancelaria lotada no Serviço de Arquitetura do Ministério e graduada na área – uma tarefa bastante inusitada...

"Vestidas com camisetas largas e confortáveis, shorts e sandálias de borracha, e munidas de mangueiras, vassouras, baldes, detergentes e esfregões, fizemos uma limpeza daquilo que se tornara um imenso pardieiro, não sem antes fotografar tudo para envio de relatório ao Itamaraty. Enquanto trabalhávamos, tirávamos fotos de nós mesmas, ensopadas de suor da cabeça aos pés, e repetíamos, na galhofa, que enviaríamos à **Revista da ADB** para um artigo que ilustrasse a *glamourosa* vida de uma embaixadora em seu primeiro posto"[8].

(As fotos, não as temos, mas fica o anacoluto!).

Contar com o apoio de servidores e contratados locais comprometidos e dedicados é um imenso facilitador, mas, infelizmente, nem sempre essa é a regra.

7 A história completa está na crônica "Estatutos do Instituto", em "**Os diplomatas e suas histórias**".

8 A crônica "Punhos de renda" foi uma das principais inspirações para esta matéria de capa da Revista da ADB sobre o lado menos conhecido da vida da(o)s diplomatas brasileira(o)s. Disponível em "**Os diplomatas e suas histórias**".

"O padrão do Itamaraty é a excelência de todos, mas toda regra tem sua exceção. Em todos os lugares que circulam seres humanos, encontram-se celerados, mentirosos, alguns párias da vida. Em grandes ambientes, sempre um deles estará presente. Entre diplomatas, administrativos, contratados locais e tantas pessoas ao redor, é torcer para que não sejam vários", pondera a embaixadora Leda Camargo.

"Não são poucos os perrengues que chefes de postos precisam encarar. Muitos colegas nos vemos em saias justas em que o dever é mais forte do que o desejo de viver em um mar de rosas de tranquilidade. Diante de cenários difíceis, não se pode fugir de medidas 'impopulares', isso é chefiar", complementa a embaixadora, que escolheu jamais calar e consentir nas diversas ocasiões em que teve de lidar com adversários da boa administração[9].

De lar em lar

Um dos aspectos mais atraentes da carreira é justamente um dos mais desafiadores: a necessidade de mudar de tempos em tempos, partindo só para uma terra estrangeira, ou – menos solitário, mas certamente mais complexo – levando cônjuge, rebentos, agregados, gato, cachorro, papagaio e periquito...

"Pouca coisa pode ser mais angustiante do que ver sua casa, seus pertences pessoais, toda a sua história de vida – fotografias do período não digital incluídas – partindo em um contêiner fechado com destino ao seu novo posto", conta a embaixadora Irene Vida Gala, que, a serviço do Itamaraty, já realizou mudanças para países como África do Sul, Angola, Estados Unidos, Gana, Itália e Portugal.

Passados dois ou três meses, a embaixadora Vida Gala pôde sempre respirar aliviada ao vislumbrar o contêiner chegando ao novo endereço. "São poucos os casos, mas colegas já perderam contêineres que afundaram no mar, ou viram seus pertences saqueados em depósitos menos seguros", conta ela.

Felizmente, a etapa de trânsito costuma ocorrer sem grandes traumas (exceção feita às mudanças no pós-pandemia, que, por força da desorganização do mercado logístico internacional, têm levado vários e vários meses para se realizar...). A maioria dos servidores e de seus familiares logo se ajusta aos novos ares. Mas não é incomum que a euforia inicial pela vida no exterior arrefeça um pouco diante dos desafios cotidianos de adaptação, mesmo em cidades com elevada qualidade de vida...

"Declara-me se estou na pátria amada" (177)[10]

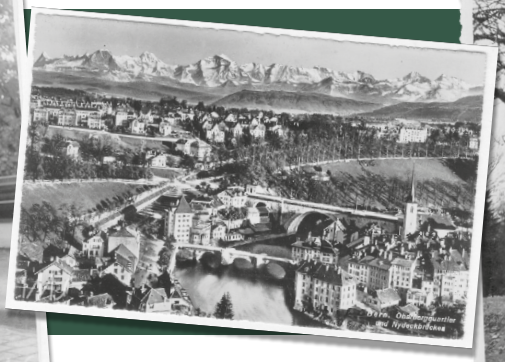
As mudanças de residência, de trabalho, de responsabilidades, mesmo de atividades recreativas e sociais, são eventos listados na famosa escala Holmes-Rahe para medir estresse.

Na diplomacia brasileira, essas mudanças costumam acontecer no melhor estilo "tudo ao mesmo tempo agora", a cada três anos, em média – justamente o intervalo de tempo considerado necessário para concluir a fase de acomodação a uma nova realidade, quando inclusive é maior o risco de desenvolver transtornos como depressão e ansiedade.

Esse permanente estágio de adaptação afeta não apenas diplomatas, como também seus familiares. É conhecida, por exemplo, a dificuldade da escritora Clarice

9 As situações são descritas na crônica "Os amigos e os nem tanto da Administração Diária", em "**Os diplomatas e suas histórias**".

10 Odisseia, Homero, livro XIII.



Clarice Lispector na Suíça: escritora teve dificuldade de se adaptar a Berna quando o então marido, diplomata Gurgel Valente, foi servir naquela cidade

ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

Lispector para habituar-se à silenciosa Berna, na Suíça, após a remoção do então marido, o diplomata Maury Gurgel Valente, de Nápoles para aquela cidade:

"O que me salvou da monotonia de Berna foi viver na Idade Média, foi esperar que a neve parasse e os gerânios vermelhos de novo se refletissem na água, foi ter um filho que lá nasceu, foi ter escrito um de meus livros menos gostado, A cidade sitiada. No entanto, relendo-o, pessoas passam a gostar dele; minha gratidão a este livro é enorme: o esforço de escrevê-lo me ocupava, salvava-me daquele silêncio aterrador das ruas de Berna (...)"[11].

A personagem que protagoniza *A cidade sitiada* simboliza o sentimento de exílio, mas com uma peculiaridade: nascida e criada no subúrbio rural de São Geraldo, Lucrécia Neves é uma estrangeira em sua própria terra natal.

No ir e vir da vida diplomática, esse sentimento pode ser familiar: há quem sofra mais por ocasião do retorno ao Brasil do que na adaptação ao exterior, sobretudo se forem muitos os anos vividos fora. Tal qual Ulisses ao despertar em Ítaca, não reconhecemos nosso torrão natal ao regressar, o que pode ser muito desestruturante para algumas pessoas...

A cidade *literalmente* sitiada

Se a adaptação a centros urbanos com razoável oferta de infraestrutura pode ser desafiadora, que dizer dos chamados "postos de sacrifício" – aqueles em que há graves deficiências de abastecimento, de assistência médica e de segurança?

O quadro é especialmente árduo quando a "cidade sitiada" não é uma metáfora.

"Servi dois anos em Beirute, durante a guerra civil no Líbano. O país estava assolado por conflitos dentro de conflitos, locais, regionais, novos e antigos. O jornal *L'Orient-Le Jour* chegou a contar mais de 80 organizações armadas autônomas, algumas delas mais poderosas que o Exército libanês. O território controlado pelo Estado era mínimo. Já na primeira noite, eu e minha esposa, Bia Wouk, fomos despertados às 3h da manhã por explosões", conta o embaixador João Almino.

O cotidiano era incerto, com vias controladas por diversas facções, guerrilhas urbanas e uso de artilharia pesada dentro da capital. "Uma das situações mais dramáticas que vivenciei foi a queda de projétil na residência. Um dos motoristas da Embaixada estava na cozinha da casa quando uma bomba de fragmentação – proibida por convenção internacional – caiu na entrada. Um fragmento atravessou o painel de vidro da cozinha e atingiu-o no peito, na altura do coração", descreve o embaixador[12].

Quando finda o respeito pelas convenções, nada mais é inviolável.

"Cheguei a Angola em março de 1993. Seis meses antes, a guerra voltara a eclodir

11 Crônica "Lembrança de uma fonte, de uma cidade". Disponível em Todas as Crônicas, editora Rocco.

12 A história completa está na crônica "Beirute em guerra, estava escrito". Disponível em "**Os diplomatas e suas histórias**".

e, desta vez, o principal palco fora Luanda. Minha primeira visão de nossa Embaixada, onde eu ia trabalhar, foi de um prédio cravejado de balas, mais de três centenas", conta a embaixadora Irene Vida Gala.

"Mesmo após a expulsão de grupos armados da capital, a guerra continuou sendo parte inescapável do dia a dia em Luanda. Eram comuns os seguranças com AK-47 nos bairros do centro, as rajadas de metralhadora no silêncio da noite, a visão dos mutilados pelas minas terrestres. Ainda guardo na memória as imagens da destruição física, espiritual e moral que o ser humano é capaz de produzir", lamenta a embaixadora.

Além das marcas emocionais, as experiências em países onde o Estado de Direito dá lugar ao uso da força podem deixar sequelas físicas.

"Durante a guerra Irã-Iraque, em certas épocas, havia queda diária de foguetes *Scud* em Bagdá, em geral em período noturno. Sem visarem a objetivos militares, aqueles ataques destinavam-se a assustar a cidade, causando mortes pelo fogo entre a população civil para minar seu moral de resistência", conta o embaixador Flavio Macieira.

"Houve um dia em que um deles caiu a dois quilômetros de nossa Embaixada e também das residências privadas de todos nós, funcionários brasileiros. Naquela noite, perdi certo percentual de minha capacidade auditiva no lado direito", relembra.

A peste

Em *Cem anos de solidão*, conta-se que o cigano Melquíades "*sobreviveu à pelagra na Pérsia, ao escorbuto no arquipélago da Malásia, à lepra em Alexandria, ao beribéri no Japão, à peste bubônica em Madagascar, ao terremoto na Sicília e a um naufrágio multitudinário no estreito de Magalhães*".

A carreira diplomática tem esse quê de vida cigana, em que o confronto com vivências ameaçadoras à integridade física, "é raro, mas acontece muito", como diz o meme...

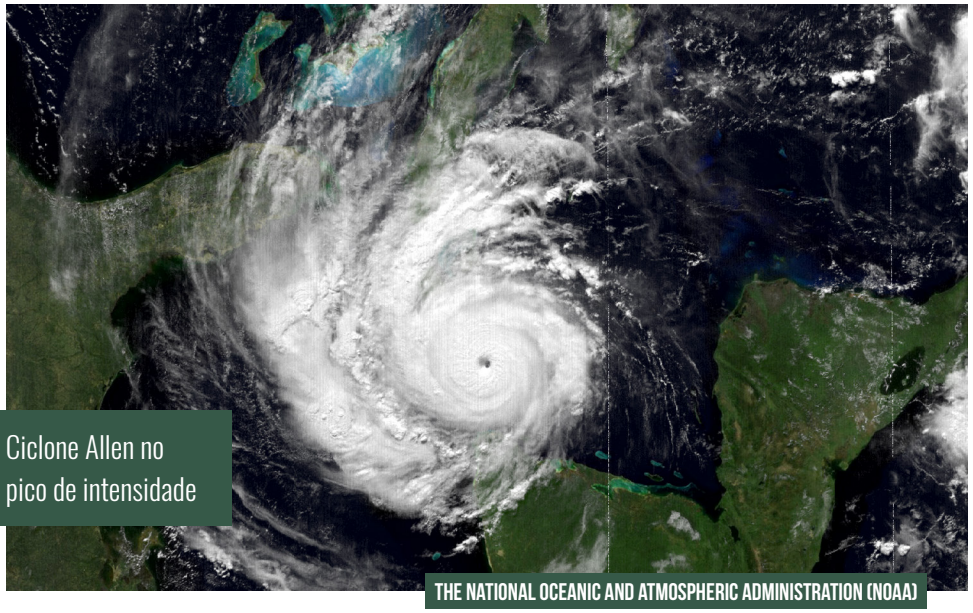
"Em Angola, vivi de tudo um pouco. Uma bomba explodiu no meu prédio e tiros atingiram a parede do meu quarto pelo lado de fora", conta o embaixador João Solano Carneiro da Cunha, que serviu no país africano entre 1987 e 1990.

"Também contraí malária duas vezes. Na primeira vez foi bem complicado, pois o mosquito me picou dias antes de minha partida de férias para o Brasil. No Rio de Janeiro, comecei a sentir calafrios, dores no corpo e febre, e cheguei a 'sair do ar' por uns dois dias. Só comecei a melhorar quando recebi a medicação específica para o tipo de parasita que me acometia, que não era comercializada no Brasil. Até hoje guardo sequelas[13]", acrescenta o embaixador.

(A propósito desse tema, importante trazer à memória que a malária, enfermidade para a qual não existe vacina, já ceifou a vida de uma jovem diplomata brasileira: a secretária Milena Medeiros, falecida em 2011, contraiu a doença em missão à Guiné Equatorial).

Outro desafio que se coloca a diplomatas do Brasil é vivenciar desastres naturais incomuns para nós, acostumada(o)s que somos a habitar um *berço esplêndido*.

"Na ilha caribenha de Barbados, onde havia um Vice-Consulado do Brasil, vi-me, literalmente, no olho do furacão – o ciclone Allen, o quinto mais intenso no Atlântico em termos de pressão barométrica e o mais



Ciclone Allen no pico de intensidade

THE NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION (NOAA)

11 A malária é causada por cinco tipos de parasitas, sendo o Plasmodium falciparum, espécie mais frequente no continente africano, o mais letal (o tipo mais frequente no Brasil, Plasmodium vivax, é considerado mais brando.). Mesmo com tratamento, até 20% dos pacientes afetados pela malária falciparum morrem, e os sobreviventes frequentemente sofrem com sequelas neurológicas. A principal causa de morte é o diagnóstico tardio e a falta de profissionais familiarizados com o quadro da doença fora da região endêmica.

TÉLAM

Residencia Enrique Lastra, onde ficava embaixada de Israel em Buenos Aires, após o ataque

forte registrado em termos de velocidade de vento. Em Tóquio, fiquei sem reação quando o primeiro terremoto que vivi chacoalhou a terra, enquanto jantava em um restaurante indiano", recorda a embaixadora Katia Gilaberte[14].

"Seychelles foi uma das áreas atingidas pelo tsunami no Oceano Índico em 2004. Como embaixadora em Moçambique, eu exercia a cumulatividade da representação brasileira no país. Recebi telegrama urgentíssimo de Brasília porque dois brasileiros teriam chegado à capital, Vitória, na véspera do Natal e estavam desaparecidos. Tive de voar às pressas, praticamente com a roupa do corpo, para tentar localizar os dois nacionais", conta a embaixadora Leda Camargo.

"Terminei descobrindo que os brasileiros haviam entrado em Seychelles, mas depois haviam partido para a Tailândia, um dos países mais duramente atingidos pelo tsunami. Ao regressar a Maputo, tive a dura notícia de que, naquele país, a catástrofe havia vitimado nossa colega Lyz Amaro D'Avola, seu filho e seu marido", lamenta[15].

Os demônios

Dado que o Brasil, tradicionalmente, não se encontra na alça de mira do terrorismo internacional, testemunhar atentados deveria, em tese, ser uma experiência totalmente anômala. Porém (ai, porém!), não é bem assim...

"Em Moscou, a explosão de uma mulher-bomba nas imediações de uma estação de metrô sacudiu tudo à minha volta quando seguia para uma reunião de trabalho. O conflito entre Rússia e Tchetchênia chegava até a capital e outras cidades russas", conta a embaixadora Katia Gilaberte.

"Pela estação atingida, uma das mais movimentadas da cidade, passava a linha que a minha secretária, Elena, utilizava todas as manhãs para vir trabalhar. Tentei contatá-la várias vezes, mas o sinal indicava que estava fora de área. Ao retornar à Embaixada, vi Elena sentada em sua mesa de trabalho. Abracei-a e chorei. Foi por pouco, muito pouco: naquele dia, ela se atrasara e tomara o trem alguns minutos mais tarde", relembra.

Quando servia pela primeira vez no exterior, a embaixadora Marcia Maro da Silva vivenciou algo semelhante. "Quando um carro-bomba foi detonado em frente à Embaixada de Israel em Buenos Aires, em 1992, eu estava sentada à minha mesa, no nosso Consulado-Geral naquela capital, de costas para uma janela que dava para uma área verde comum às duas repartições".

"Além do estrondo, o prédio pareceu sacudir. Choquei-me contra a mesa, sem maiores consequências, possivelmente em ato reflexo para me levantar. Meio atordoada, saí da sala em busca dos demais funcionários. Era horário de almoço e havia umas dez pessoas no Consulado. Felizmente, nenhum de nós se feriu gravemente. Mais de 20 pessoas morreram no ataque e várias outras ficaram feridas, inclusive crianças", lastima a embaixadora.

Rebeliões, Revoltas e Revoluções

Algo mais comum, por razões facilmente compreensíveis, é testemunhar momentos críticos no curso de evolução de um país.

Como parte importante do trabalho diplomático é justamente acompanhar os desdobramentos políticos mundo afora, é natural que, em algumas ocasiões, tenhamos o privilégio de observar grandes viragens históricas.

Bem, *é e não é* um privilégio...

14 Cada uma das histórias está detalhada na crônica "Diáspora". Disponível em "**Os diplomatas e suas histórias**".

15 Crônica "Os imprevistos". Disponível em "**Os diplomatas e suas histórias**".

"Cerca de dois meses após chegar a La Paz para servir na Embaixada do Brasil naquela capital, coube-me presenciar um golpe de Estado em que um governo presidido por um militar foi derrocado por outro, também militar", explica o embaixador Claudio Lyra, que à época era um jovem segundo secretário.

"Os combates foram intensos e prolongados. Lembro-me de um sábado, 21 de agosto de 1971, em que ocorreram os momentos de trocas mais intensas de tiros a que assisti em meu tempo de La Paz. Podia-se ver flutuando no ar de copiosas nuvens de fumaça provocadas pelos seguidos tiroteios. Foi a primeira sublevação que testemunhei como diplomata no exterior, a qual, lamentavelmente, provocou a perda de mais de uma centena de vidas", diz.

"Quando assumi a Embaixada em Pequim, em janeiro de 1989, a China progredia sob as reformas liberalizantes. O ambiente aparentava tranquilidade e estabilidade. Mas, sob a aparente normalidade, grassavam descontentamentos com as dificuldades causadas pela inflação, o aumento da desigualdade, as continuadas restrições à liberdade de expressão e a crescente percepção de corrupção e nepotismo no âmbito do governo e do Partido", conta o embaixador Roberto Abdenur, que chefiou o posto até 1993.

Três meses mais tarde, a ocupação da Praça Tienanmen por milhares de estudantes, desejosos por mudanças, provocaria violenta reação do regime, culminando em tragédia. "Em fins de maio, após o fracasso das tentativas de persuadir os estudantes a deixar a praça, o governo decretou Lei Marcial em Pequim. Tropas começaram a se mover na direção do centro. Sentia-se no ar que algo mais sério viria a ocorrer, mas ninguém previa o que se seguiria: o uso impiedoso de armas de fogo contra a população", recorda o embaixador.

Praça Tiananmen um ano antes do massacre que matou centenas de civís

DERZSI ELEKES ANDOR/WIKI COMMONS

Logo a capital chinesa foi tomada por centenas de tanques de guerra e outros blindados. Devido à proximidade estratégica com a Praça, uma dúzia deles estacionou ao pé do complexo residencial de Jianguomenwai, edifício próximo à Embaixada brasileira e onde moravam, à época, todos os servidores do quadro do Itamaraty. "Por precaução, instruí a equipe a deixar seus apartamentos e passar para a Embaixada, mais segura por ser uma edificação baixa situada atrás dos altos prédios de Jianguomenwai. Posteriormente, trouxemos também os estudantes brasileiros que estudavam na Universidade de Pequim – havia risco de ataque das tropas àquele que havia sido um dos principais focos dos protestos", relata.

Um dos momentos mais tensos foi um ataque de índole xenófoba. "Em certa ocasião, uma coluna de soldados vindos de Tienanmen começou a disparar a esmo contra edifícios associados à presença estrangeira. Era como que uma 'vingança' contra aqueles que haviam demonstrado simpatia pelas manifestações da Praça. Um dos alvos foi o Hotel Jianguo, onde dois dos nossos diplomatas, Evandro Didonet e Francisco Fontenelle, compravam passagens aéreas para a evacuação de nacionais. Tiveram de se jogar no chão para não serem atingidos".

Pais e filhos

Esta matéria vai chegando ao fim e, a bem da verdade, não chegamos a esgotar os desafios que se apresentam na vida diplomática (creio que nem conseguiríamos...).

Não detalhamos as dificuldades enfrentadas pela família que levamos conosco, especialmente nossas filhas e filhos, que, diferentemente de cônjuges, em geral não têm outra opção senão embarcar nessa vida peregrina conosco, pelo menos enquanto não chegam à maioridade. Quem sabe esse tema não ganha uma matéria completa da **Revista da ADB**?

Além daqueles que trazemos conosco, há aqueles que deixamos para trás. Lidar com as saudades é difícil, mas enquanto estamos todos "no mesmo plano", ainda é possível, vez por outra, o reencontro.

Possibilidade dolorosa e, infelizmente, comum na profissão, é perder um ente querido quando se está muito, muito distante, sendo às vezes impossível regressar a tempo de se despedir como gostaríamos. Até compreender a perda e viver o luto pode ser mais difícil.

"Um telefonema no meio da noite e as três palavras que mudaram o eixo da minha vida: o pai morreu. Nada nos exames que ele fizera 15 dias antes havia apontado para a possibilidade do enfarto fulminante que o levou. Na época, eu chefiava a Embaixada em Dacar, a TAP operava um voo no meio da madrugada para o Rio de Janeiro, e minha secretária conseguiu um lugar de última hora. Acabava de voltar de um jantar de trabalho, embarquei sem sequer tomar um banho, trocar de roupa ou escovar os dentes", desabafa a embaixadora Kátia Gilaberte.

"Quando, dois meses depois, recebi a notícia de minha promoção a Ministra de Primeira Classe, desatei a chorar. Até aquele momento, não conseguira derramar uma lágrima. Era com meu pai que gostaria de ter compartilhado aquele momento, e ele já não estava lá".

Fechar estas linhas falando de um dos maiores temores de quem escolhe a carreira diplomática é melancólico, mas necessário.

A profissão é plena de aprendizado e aventuras, mas, como dito no começo, é como um sacerdócio: requer uma vocação quase religiosa. Os sacrifícios existem e não são poucos.

Encerramos aqui com uma colocação impecável da embaixadora Gilaberte que bem resume tudo o que foi dito:

"A vida de diplomata tem seus momentos de alumbramento. Permite-nos conhecer outros povos, países, outras culturas, cruzar nosso caminho com o de artistas geniais, cientistas extraordinários, com personalidades que constroem a história do nosso tempo. Poucos se dão conta, todavia, do reverso da moeda: transplantados de país em país, corremos o risco, sem a necessária resiliência, de perder nossas próprias raízes. Vivemos uma estranha diáspora, que, ao mesmo tempo em que nos aparta das pessoas que mais amamos, nos captura para circunstâncias e conflitos alheios, que nunca chegamos a compreender perfeitamente. Nem sempre temos equilíbrio emocional suficiente para viver com harmonia e serenidade esse paradoxo. Sem uma vocação genuína, o ofício pode tornar-se um fardo pesado demais. Para mim, julgo ter sido a escolha acertada, sou grata por ter percorrido essa estrada, mas sei que paguei um preço".

Segunda-Secretária Clarissa Alves Machado, atualmente lotada na Embaixada do Brasil em Lisboa

CANÇADO TRINDADE: O DIREITO INTERNACIONAL A SERVIÇO DA HUMANIDADE

Com grande tristeza, nós, diplomatas, recebemos a notícia do falecimento do Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, no último dia 29 de maio. A brilhante trajetória profissional e produção acadêmica do Professor Cançado Trindade garantem seu justo lugar entre um dos mais importantes juristas brasileiros, com singular reconhecimento internacional.

Consultor Jurídico do Itamaraty entre 1985 e 1990 e professor de Direito Internacional no Instituto Rio Branco entre 1978 e 2008, foi responsável pela formação de diversas gerações de diplomatas brasileiros. Exercia, desde 2009, mandato como juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ), na Haia, e entre 1995 e 2006, foi juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH), na Costa Rica. Em ambas as cortes internacionais, deixou legado ímpar para o que definia como a "humanização do direito internacional".

Sempre recorrendo aos precursores do direito internacional – como os espanhóis Francisco de Vitoria e Francisco Suárez – resgatava, em suas obras e em seus numerosos votos em separado na CorteIDH e na CIJ, as origens e a evolução histórica da disciplina. Ao observar o progressivo divórcio entre o direito internacional e os destinatários últimos das normas internacionais – os seres humanos –, em benefício de uma perspectiva meramente interestatal, propunha a refundação do *jus gentium*. Interpretava o notável desenvolvimento do direito internacional dos direitos humanos e dos tratados de meio ambiente nos anos 1990 como o início de uma possível (e desejável) reconstituição do direito internacional, sob bases humanistas, e como contrapeso ao voluntarismo estatal.

ANTÔNIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Sua atuação como juiz internacional esteve sempre orientada para a realização da justiça e para o reconhecimento da dignidade humana. A valiosa contribuição que fez à evolução do direito internacional dos direitos humanos está amplamente registrada em sua obra e, particularmente, em seus consubstanciados votos como juiz da CorteIDH. Sem nenhuma intenção de ser exaustiva, destaco a visão integral que tinha em matéria de reparações a vítimas de violações de direitos humanos. Para Cançado Trindade, as reparações, muito além da mera compensação pecuniária, deveriam buscar a não repetição dos fatos e serem instrumento de reabilitação das vítimas e de recuperação do tecido social circundante.

Até mesmo no campo do direito à vida, o Professor Cançado Trindade defendia que, muito além de significar o direito de não ser arbitrariamente privado da própria vida, compreenderia o acesso a condições que garantissem uma existência digna, um "projeto de vida". Sobre o tema, diante de caso, infelizmente frequente em nossa região, envolvendo o assassinato de crianças em situação de rua, publicou, em conjunto com o juiz Abreu Burelli, voto

separado em que afirmou: "*Una persona que en su infancia vive, como en tantos países de América Latina, en la humillación de la miseria, sin la menor condición siquiera de crear su proyecto de vida, experimenta un estado de padecimiento equivalente a una muerte espiritual; la muerte física que a ésta sigue, en tales circunstancias, es la culminación de la destrucción total del ser humano*"[1].

Em seus 13 anos como juiz da Corte Internacional de Justiça, o Professor Cançado Trindade contribuiu, de maneira original e, permito-me dizer, corajosa, para o estabelecimento de perspectiva menos limitada ao paradigma interestatal da CIJ, que levasse em conta a efetiva realização de justiça. Por exemplo, diante das demandas iniciadas pelas Ilhas Marshall contra potências nucleares por alegadas violações das obrigações internacionais relacionadas ao desarmamento nuclear, o juiz brasileiro publicou voto dissidente sobre a matéria. Ademais de defender a competência da Corte para julgar os casos, resgatou a *opinio juris communis* expressa em numerosas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a matéria e argumentou que a ameaça ou o uso de armas nucleares, inclusive no contexto de testes, ao implicar a privação arbitrária da vida e ocasionar consequências indiscriminadas e não limitadas a determinado tempo e espaço, constituiria violação flagrante do direito internacional, em múltiplas dimensões.

Outro contencioso da CIJ que ilustra a inspiração iminentemente humanista do jurista brasileiro é o caso envolvendo alegada imunidade de jurisdição alemã diante de graves violações ocorridas no contexto da II Guerra Mundial. Em voto dissidente, divergiu sobre a posição da Corte de condenar a Itália por decisões de tribunais italianos em favor de vítimas de massacres, de deportações forçadas e de trabalho escravo perpetrados pela Alemanha nazista. Para tanto, Cançado Trindade resgatou a história da proibição de determinados crimes como normas de jus cogens, cristalizada nas Convenções da Haia e de Genebra, bem como nos arquivos do Tribunal de Nuremberg, e defendeu a primazia do acesso dos indivíduos à justiça sobre a imunidade estatal. A respeito do tema, brinda-nos com sensível reflexão: "*Unlike what one may easily assume, human suffering not always effaces with the passing of time: it may also increase, in face of manifest injustice — and particularly in cultures that wisely cultivate the links of the living with their dead. Human suffering, in cases of persisting injustice, may project itself on an inter-generational scale*"[2].Os extratos selecionados são apenas exemplos de uma obra que ainda precisará ser estudada e sistematizada em profundidade. À diplomacia brasileira caberá honrar e difundir a contribuição de um jurista que, ao defender o resgate das origens históricas da disciplina a que dedicou toda a vida, propunha leitura jurídica muito à frente de nosso tempo e das limitações impostas pelo arcabouço institucional e pelas práticas vigentes. Acreditava, acima de tudo, na potência da razão humana para a realização da justiça e do bem comum.

Para além de seu legado para a evolução e o renascimento do direito internacional, o Professor Cançado Trindade era dotado de rara generosidade. Tinha presente a importância de transmitir às novas gerações sua valiosa experiência, tarefa que cumpria com notável vocação. Como legítimo mineiro, não deixava de tomar um café com pão de queijo com os alunos, sempre acompanhado de muito bom humor e de uma gargalhada inconfundível. Sentiremos saudades, mestre.

1 Caso "Villagrán Morales e outros vs Guatemala", voto concorrente conjunto dos juízes A.A. Cançado Trindade e A. Abreu Burelli, para 9.
2 Caso "Jurisdictional Immunities of the State", voto dissidente do juíz A.A. Cançado Trindade, para. 232.

Segunda-secretária Clara Solon, atualmente lotada na Divisão de Nações Unidas (DNU).

IGOR KIPMAN, VERDADEIRO AMIGO DO HAITI

No início de maio, faleceu, aos 71 anos, em sua cidade natal, Curitiba, Igor Kipman, embaixador do Brasil no Haiti de 2008 a 2012.

Poucos no Haiti o conhecem bem. A razão é simples: ao contrário dos colegas representantes do Tridente Imperial, Igor Kipman era avesso a sermões e pressões, não usava a imprensa para sua propaganda pessoal ou de seu país, trabalhava discretamente e acima de tudo tinha um respeito sem limites pelo Haiti e seu povo.

Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e então responsável pelo Departamento de América Central e Caribe, em 2007, Igor passou em revista, com o chanceler, os nomes passíveis de serem designados Embaixadores no Haiti. Depois de estudar a lista, o Ministro lhe perguntou: "E por que não o seu nome não está na lista?".

Próximo ao fim de sua trajetória profissional, caso não se tornasse embaixador, Igor deveria deixar a carreira. Apesar disso, não se candidatou ao posto. Só o conseguiu por decisão do ministro Amorim. Isso diz muito sobre a personalidade de Igor.

É com essa mesma contenção pessoal que ele comandará uma verdadeira revolução nas relações haitiano-brasileiras. Durante seus quatro anos em Porto Príncipe, Igor organizou três visitas presidenciais ao Haiti, algo inédito na história da diplomacia brasileira!

Além do ofício delicado e constante entre a diplomacia tradicional e a relação com a importante participação militar brasileira na MINUSTAH, incluindo o alto comando, Igor também atuou em outros três níveis.

O primeiro diz respeito às suas obras de caridade. Incentivado pela determinação de sua esposa, Roseana Aben-Athar Kipman, esse casal extraordinário é o oposto da imagem que costumamos ter dos diplomatas. Roseana, pequena, parecendo muito mais jovem do que a avó que era na realidade, simpática, sorridente, transbordava de energia. Ela simbolizou para mim a verdadeira ajuda humanitária. Mergulhou resolutamente nesse Haiti que me assustava, tinha responsabilidades que a princípio me escapavam; seus longos dias foram dedicados a ajudar orfanatos, creches, escolas e famílias inteiras. Ela trabalhou com aquelas que chamava de "minhas irmãs": freiras brasileiras encarregadas de orfanatos em Cité Soleil, Jérémie, Léon. Aonde quer que ela fosse, estava cercada por soldados que deveriam mantê-la segura, mas que, na verdade, ajudavam-na a carregar sacos de mantimentos, medicamentos, roupas e materiais escolares.

Uma vez por ano, o casal alugava um Tap-Tap às suas expensas, lotava-o de órfãos e os levava para a residência oficial. Cada criança era objeto de especial atenção e acolhida com um beijo da embaixadora. Jogos, petiscos, bebidas, música, dança e mergulhos na piscina ditavam o ritmo de uma festa infantil que seria normal em outras circunstâncias, mas que representava para aquelas crianças um evento inesquecível e único.

O segundo foi a coordenação da assistência humanitária e de desenvolvimento. Para evitar duplicidade de esforços, mais de trinta projetos de cooperação técnica (nas áreas de saúde, agricultura, justiça, entre outras) ficavam sob o olhar atento de Igor e de sua equipe. Além disso, ganhou corpo a cooperação triangular com o Canadá (saúde) e a Espanha (reflorestamento) e a cooperação Sul/Sul com Cuba e Venezuela.

Com o terremoto de janeiro de 2010, a cooperação para o desenvolvimento integral se transformou em ajuda de emergência. Também mudou o papel político de atores internacionais, incluindo o do Brasil e de seu embaixador. Essa diplomacia estritamente política era a terceira atividade importante de Igor Kipman, sobre a qual seguem algumas observações.

Até a crise política do final de 2010, Igor desempenhou um papel fundamental no *Core Group*[1]. Quando o resultado das

1 Grupo composto por representantes da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos e União Europeia, encarregado da coordenação internacional no Haiti.

ARQUIVO PESSOAL

Igor nunca faltou com o senso de honra e de coragem, física e política. Ele acreditava no futuro do povo haitiano e trabalhou incansavelmente até os limites da diplomacia e da solidariedade para apoiá-lo em sua busca por um futuro melhor. Que ele descanse em paz!

eleições para o Senado em fins de 2009 modificou sua composição, adotou-se uma moção de censura contra a primeira-ministra Michèle Pierre-Louis. Embora fosse bastante natural, em regime parlamentarista, uma mudança de governo quando surge uma nova maioria, a Comunidade Internacional protestou e se opôs a que tal regra fosse aplicada ao Haiti: madame Pierre-Louis era apreciada pela Comunidade Internacional e deveria permanecer em seu posto. O *Core Group* preparou uma nota de apoio, escrita pelo Representante da União Europeia (o italiano Francesco Gosetti Di Sturmeck) e aprovada pelos Estados Unidos, com o objetivo de protestar contra a moção de censura.

Antes que a nota se tornasse pública, tentei mostrar a meus colegas (a maioria deles oriundos de países com regimes parlamentaristas) que não poderia haver dois pesos e duas medidas. Em outras palavras, que uma situação considerada normal em seus países fosse tratada como um sacrilégio no Haiti. Finalmente, o governo haitiano teria um novo primeiro-ministro porque Kipman se dissociaria da nota e impediria assim uma nova ingerência da Comunidade Internacional. Francesco, após ouvi-lo, disse simplesmente encerrando a assunto: "*Touché! Coulé!*"[2].

Quando, em 28 de novembro de 2010, a Comunidade Internacional, em reunião ampliada do *Core Group*, cujo porta-voz era Edmond Mulet, "convidou" o presidente René Préval a deixar o Palácio Nacional e partir para o exílio, fiz objeções nestes termos: "Foi assinado nas Américas, em 2001, um documento sob o título de Carta Democrática Interamericana. Esta Carta estipula que qualquer modificação, fora dos preceitos constitucionais, do mandato de um Presidente eleito democraticamente, deve ser considerada como um *putsch*".

No entanto, falando apenas em meu nome pessoal porque neste conclave golpista a OEA estava representada por seu secretário adjunto de triste memória, vindo especialmente de Washington, tive que encontrar aliados. Então, olhando na direção onde estava o embaixador Kipman, perguntei a ele: "Não conheço a posição do Brasil". Ao que ele respondeu imediatamente: "O Brasil tem a mesma interpretação". Para meu grande alívio, eu não estava só e o golpe fracassou. Fizemos isso porque, aos nossos olhos, estávamos prestes a cometer uma ignomínia moral e um erro político grosseiro. Com a participação ativa da Comunidade Internacional, iríamos mais uma vez empurrar o Haiti para o precipício evocado por Luigi Einaudi durante a crise de fevereiro de 2004.

Após a publicação, pela Comissão Eleitoral Permanente (CEP), dos resultados do primeiro turno das eleições em sete de dezembro de 2010, Porto Príncipe totalmente bloqueada, recebi um convite para participar da reunião do *Core Group*; Essa reunião foi solicitada por Préval no local que servia de escritório de Mulet, dentro da Base Logística da MINUSTAH, próxima ao aeroporto.

Luís Guilherme Nascentes, Igor Kipman e eu chegamos ao Boulevard Delmas e fomos barrados por uma barricada que bloqueava completamente o

2 Expressão utilizada no jogo de batalha naval quando o navio é atingido e afunda.

caminho. Nesse instante soa o celular de Igor. Era Mulet informando que nenhum membro do *Core Group* podia se mover e que Préval tampouco. A reunião foi suspensa. Demos meia-volta.

No caminho de retorno, Kipman me disse: "Já que Préval não pode sair de casa, por que não vamos vê-lo? Se o Presidente da República quer nos ver, devemos fazer tudo o que pudermos para satisfazê-lo." Aplaudi a decisão e imediatamente telefonei para o Primeiro-ministro Jean-Max Bellerive. Ele garantiu que Préval nos receberia e que ele próprio participaria da reunião. Então tomamos a direção de Kenscoff. Pouco antes de chegarmos a um cruzamento, novamente uma barricada impedia a passagem. Além dos civis, havia também policiais. Os fuzileiros navais brasileiros desembarcaram com suas armas e, com a ajuda da polícia, removeram os obstáculos.

De repente, ouvi o sibilar de balas ricocheteando no metal. Nosso veículo fora atingido. Kipman manteve a calma e disse: "Não precisa se preocupar". Um policial haitiano armado se afastou do grupo e ultrapassou nosso veículo. Ele subiu no barranco ao lado da estrada e disparou várias vezes. O tiroteio cessou. Retomamos nossa viagem até a residência de Préval.

Concordamos em formar um Grupo de Amigos para mediar a crise. Sem que eu soubesse (tampouco Kipman), no dia anterior, em Washington, o *Core Group* local também havia sugerido a criação de um Grupo de Amigos similar ao modelo proposto por Préval. No entanto, o encontro de que acabara de participar – praticamente simultâneo – com o embaixador brasileiro, o presidente e o primeiro-ministro haitiano rendera uma proposta semelhante. Foi o suficiente para os Estados Unidos e Mulet: interpretaram como uma manobra brasileira para garantir a permanência de Préval na presidência e, portanto, decidiram sabotá-la.

Durante a décima reunião na sede da OEA em Washington, os Estados Unidos recuaram e rejeitaram o Grupo de Amigos. Com essa reviravolta, não foi mais possível falar em mediação. Na França, Lionel Jospin, sondado a fazer parte daquela proposta, fez consulta ao Quai d'Orsay. Não só a França se opôs a ela, como também proibiu a possibilidade de financiamento da União Europeia ao Clube de Madri para tal tarefa. Mais uma vez, o Clube de Madri mostrou sua verdadeira face: uma simples ferramenta para instrumentalizar a política externa de alguns países da Europa Ocidental. Michelle Bachelet não queria se envolver na crise. Apenas o ex-Secretário-Geral da OEA, embaixador Baena Soares, respondeu ao chamado. O fato de ser brasileiro reforçou a suposta teoria da conspiração.

Ao invés de utilizar a fórmula de Grupo de Amigos proposto pelo *Core Group* de Washington, com a vantagem de também ter sido proposta por Préval e não imposta pela Comunidade Internacional, o *Core Group* de Porto Príncipe preferiu torpedeá-la porque frustrou sua estratégia de derrubada do Presidente.

Depois que a proposta do Grupo de Amigos foi rejeitada, a posição de Igor Kipman também mudou. Ele retornou a reserva que sempre se impôs. Dei-me conta de que Brasília não tinha intenção de fazer algo que pudesse perturbar seus interesses estratégicos. O recente mal-entendido serviu de lição. Para o Brasil, a crise em curso no Haiti não era mais que um episódio na longa *via crucis* a que aquele país nos havia acostumado.

Igor nunca faltou com o senso de honra e de coragem, física e política. Ele acreditava no futuro do povo haitiano e trabalhou incansavelmente até os limites da diplomacia e da solidariedade para apoiá-lo em sua busca por um futuro melhor. Que ele descanse em paz!

Ricardo Seitenfus foi representante especial da OEA no Haiti entre 2009-2011. É autor, entre outros livros, de "*Les Nations Unies et le choléra en Haïti: coupables mais non responsables?*" e de "*L'échec de l'aide internationale à Haïti: dilemmes et égarements*", ambos publicados pela C3 Éditions, disponíveis em inglês, espanhol e português.

Artigo originalmente publicado em bit.ly/igorkipman em 04 de maio de 2022. Tradução pela secretária Clarissa Alves Machado.

MARCELA NICODEMOS,
UMA DIPLOMATA EXCEPCIONAL

FLICKR PAUL KAGAME

Partiu prematuramente, no dia 9 de maio, a minha querida amiga Marcela Nicodemos, que estava chefiando o Escritório do Itamaraty na Bahia. Marcela ingressou na carreira diplomática em 1976 e teve uma trajetória diversificada. Discreta, sempre evitou os holofotes. Mas quem a conheceu sabe que se tratava de uma diplomata excepcional, altamente capacitada e que deu contribuição decisiva para a defesa do interesse nacional por onde passou, sem nunca abrir mão de seus valores humanistas e do compromisso com a justiça social. Amiga leal, mãe amorosa, esposa dedicada, avó apaixonada, deixará muitas saudades. Perda irreparável para familiares e amigos. Perda irreparável para o Brasil.

Marcela certamente merece ser mais conhecida, inclusive entre as novas gerações do Itamaraty. Ela serviu em diferentes continentes (Américas, Europa, África), atuou nas áreas política e econômica, chefiou setores de promoção comercial e administração em postos no exterior, mas foi sobretudo sua atuação nos foros multilaterais que a projetou. Ela, de fato, se sentia particularmente à vontade no multilateral. Negociadora habilidosa, todos a queriam ter como aliada. Desempenhou papel fundamental na área ambiental, atuando como representante governamental e perita em temas relacionados à Convenção sobre Diversidade Biológica e Protocolo de Montreal.

Além disso, foi sem sombra de dúvidas a maior autoridade sobre direitos da mulher no Itamaraty. Chefiou por diversas ocasiões a delegação brasileira às sessões da Comissão sobre o Status da Mulher da ONU (CSW), escreveu uma tese pioneira e corajosa do Curso de Altos Estudos (CAE) em 2005 intitulada "As Nações Unidas e a Promoção dos Direitos da Mulher: retórica ou realidade?", atuou como delegada na área de direitos humanos, assuntos sociais e assistência humanitária na Missão do Brasil junto à ONU. Mais recentemente, chefiou as Embaixadas do Brasil na Armênia e no Quênia. Em Nairóbi, além de cuidar das relações bilaterais, foi representante junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e ao Programa das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

Marcela integrou a equipe que, sob liderança de José Augusto Lindgren Alves, deu início ao Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, em 1995. Era uma época de grandes passos para a plena inserção do Brasil nos sistemas interamericano e universal de direitos humanos.

Marcela foi figura de destaque, chefiando a Divisão de Temas Sociais. Eu a conheci naquela época e pude constatar em primeira mão sua competência e brilhantismo. Em 1996, participei como Terceiro Secretário da delegação brasileira à conferência da ONU sobre assentamentos humanos em Istambul. Marcela foi um dos pilares da organização da participação brasileira na conferência e peça fundamental nas negociações. Foi impressionante o reconhecimento que ela angariou junto a especialistas, acadêmicos, membros da sociedade civil, representantes eleitos e delegados de outros países. Ver Marcela atuando foi para mim uma grande escola de diplomacia multilateral.

Tive ainda o privilégio de trabalhar ao lado dela entre 1999 e 2001 em Nova York. Atuávamos na mesma área, a Terceira Comissão, que é encarregada dos temas sociais e de direitos humanos. Marcela acabou se voltando mais para direitos da mulher e direitos da criança, entre outros temas, mas seu conhecimento extrapolava em muito o seu portfólio. Era uma referência obrigatória não apenas para os delegados de outros países, mas também para o secretariado da ONU, que não ousava escrever relatórios sem ao menos ouvir o que Marcela tinha a dizer. Certa vez, eu a apelidei de Rainha da Terceira Comissão, apelido que ela rejeitava por modéstia, mas que refletia o grau de projeção e reconhecimento que adquiriu junto a colegas na Missão do Brasil, diplomatas estrangeiros, burocratas da ONU, integrantes do governo brasileiro e organizações não-governamentais.

Marcela era uma amiga muito especial. Trocávamos mensagens, artigos interessantes, dicas de livros. Nunca deixei de aprender com as suas observações e análises geniais, ditas como de hábito em tom de simplicidade, de maneira despretensiosa. Em diversos momentos, contei com seus conselhos, inclusive quando tive de tomar decisões importantes sobre rumos a seguir. Generosa, sempre me elogiava além da conta e do razoável. Chorei quando despedi Marcela em Nova York, no dia de sua partida do posto para outra missão no exterior. Choro hoje com essa partida definitiva, irremediável. Mas a sua memória e seu exemplo permanecerão iluminando meu caminho, bem como de tantos outros que tiveram a sorte de com ela conviver. E, espero sinceramente, também de novas gerações de diplomatas, em particular mulheres, que devem ter nela uma fonte de inspiração e modelo de dedicação ao país. Um abraço solidário a Mario, seu companheiro de toda a vida, aos filhos Marcelo e Rodrigo, à nora Moraima e aos netos Sofia e Bruno.

> “ERA UMA **REFERÊNCIA OBRIGATÓRIA** NÃO APENAS PARA OS **DELEGADOS** DE OUTROS PAÍSES, MAS TAMBÉM PARA O **SECRETARIADO DA ONU**, QUE NÃO OUSAVA ESCREVER RELATÓRIOS SEM AO MENOS **OUVIR** O QUE **MARCELA** TINHA A DIZER”

Ministro de Primeira Classe Benoni Belli, atualmente Cônsul-Geral do Brasiil em Chicago.

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA:
DIPLOMACIA E SENTIMENTO NACIONAL NO BRASIL

Em 2022, comemoraremos o bicentenário da Independência. Ao contrário do que aprendemos na escola, a Independência não se esgotou no grito do Ipiranga, nos idos de 1822. Aquele foi o ponto de partida de um processo que se estende até nossos dias e se projeta no futuro. Foi o momento inaugural, a certidão de nascimento do país, um evento cuja importância ninguém discute, mas uma gesta que tem sido e deve continuar sendo afirmada e reafirmada continuamente ao longo do tempo, seja simbolicamente, seja por meio da luta constante pela criação e manutenção das condições que permitam ao país seguir se fortalecendo. A independência é sinônimo da construção de um país soberano, que busca o desenvolvimento e o bem-estar de seu povo, capaz de projetar na região e no mundo seus valores e interesses, animado por um sentimento comum de união na pluralidade.

Em nossa trajetória como país, a diplomacia foi fundamental desde os primórdios. Bem antes da ruptura protagonizada pelo príncipe-regente, a diplomacia desempenhou papel de destaque por meio da figura de Alexandre de Gusmão, que teve, como secretário particular de Dom João V, atuação crucial na negociação do Tratado de Madri de 1750, garantindo o território então ocupado pelos súditos do Império português. A diplomacia foi instrumento privilegiado para negociar com Portugal os termos da separação (ainda que tenha exigido também derramamento de sangue), obter o reconhecimento de outros países – a começar pela hegemônica Inglaterra – e, mais tarde, superar definitivamente as controvérsias territoriais. Já no início do Século XX, graças à diplomacia, o país consolidava seu território. Desde então, a diplomacia tem sido também veículo para buscar a inserção soberana na região e no mundo.

A atuação da diplomacia no processo de Independência respondeu ao sentimento de nacionalidade em formação. Um sentimento que surgiu inicialmente da percepção das elites locais das contradições entre seus interesses e os da metrópole e espraiou-se pouco a pouco, produzindo a convicção de que o Brasil independente estaria destinado a percorrer uma trilha que o levaria a espelhar a exuberância de sua própria natureza. Joaquim Nabuco captura esse sentimento uma conferência proferida em 1908: "O Brasil sempre teve consciência do seu tamanho e tem sido governado por um sentimento profético de seu futuro". Há

A Independência não se esgotou no grito do Ipiranga, nos idos de 1822. Aquele foi o ponto de partida de um processo que se estende até nossos dias e se projeta no futuro.

Independência ou Morte. Pedro Américo. Óleo sobre tela. 1888. Museu Paulista

um certo determinismo saudável nesse sentimento quando se toma o cuidado de não descambar para o ufanismo, empregando-o na dose certa para estimular a coesão social e a unidade de propósito na busca de um país mais próspero e justo.

Esse futuro que habita o referido sentimento profético, contudo, não será alcançado inevitavelmente por mandamento divino. Essa noção de futuro só faz sentido como um objetivo a ser construído laboriosamente, fazendo nosso dever de casa internamente e negociando nossa interação com o mundo exterior com o objetivo de minimizar riscos e buscar influenciar processos negociadores em um sentido que nos favoreça. A concepção de Independência como um processo traz embutida a insatisfação com o que logramos em comparação com o que desejamos alcançar. Desde que não perca de vista os êxitos e sirva para superar as injustiças e iniquidades, esse é um sentimento positivo. Queremos celebrar avanços cumulativos, que cada geração vai agregando, mas tendo presente que a realização progressiva do ideal compartilhado de país demanda esforço contínuo. É uma obra aberta.

O sentimento nacional, nesse diapasão, não se confunde com o chauvinismo, fenômeno que se manifestou em diferentes contextos e países. Tampouco deve minimizar o sacrifício dos povos indígenas e a experiência da escravidão, que deixaram feridas ainda não totalmente cicatrizadas no nosso tecido social. Deve ancorar-se numa identidade construída ao longo de séculos em torno da nossa terra e cultura, que aprendemos a amar, e que plasma o modo de ser e sentir propriamente brasileiro, sem abrir mão da visão crítica de uma sociedade ainda profundamente injusta. Um nacionalismo aberto e destemido, que tem todo o direito de orgulhar-se de nossa contribuição à cultura universal, sem escorregar para a crença deletéria em uma essência imutável, atemporal e unívoca de brasilidade cuja existência mítica deve ser celebrada por meio de ritos que cristalizam uma memória coletiva edulcorada.

O nacionalismo, para ser uma força positiva, deve valorizar a força de nossa cultura e nossas tradições como ferramentas para construção de um país mais equilibrado e generoso, em um contexto de liberdade e respeito aos direitos de todos. Sabemos que o nacionalismo já se prestou a justificar o injustificável, inclusive limpezas étnicas e atrocidades mundo afora. Por isso, é preciso combinar nacionalismo com tolerância à diversidade e respeito à diferença. Por essa mesma razão, o sentimento de brasilidade, ao evitar idealizações nocivas – da "democracia racial" à ideia de povos indígenas assimilados romanticamente à sociedade branca e portuguesa hegemônica –, precisa manter-se alerta para que o sentimento de pertencimento à Nação não leve à diluição das contradições que precisam ser reconhecidas e devidamente tratadas para que todos, sem exceção, possam auferir os benefícios da cidadania.

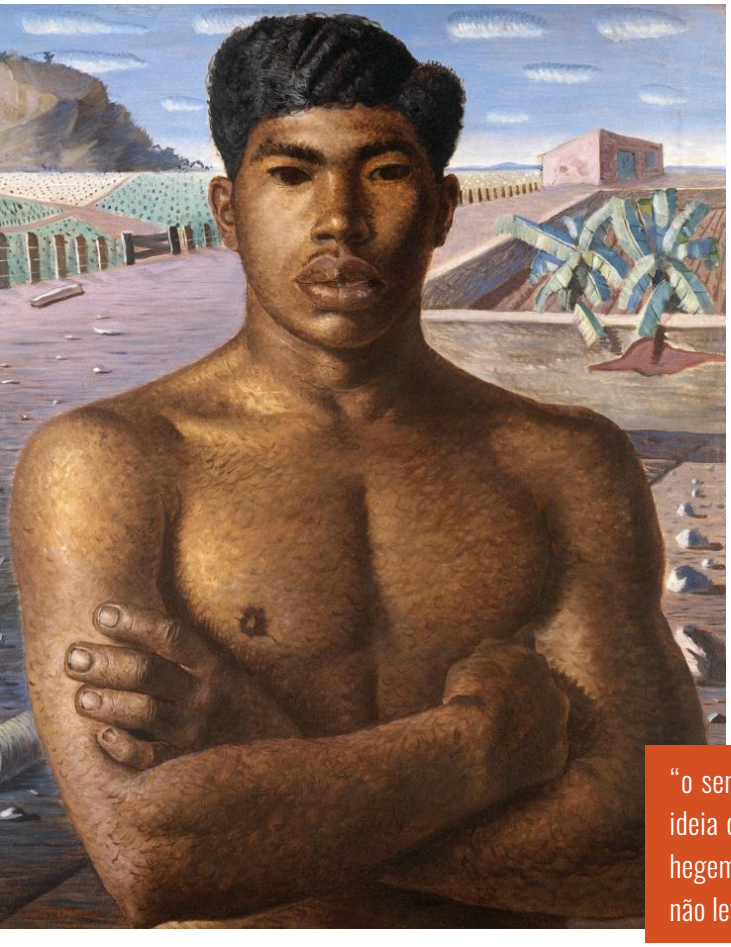
"A **INDEPENDÊNCIA** É SINÔNIMO DA CONSTRUÇÃO DE UM PAÍS **SOBERANO**, QUE BUSCA O DESENVOLVIMENTO E O **BEM-ESTAR** DE SEU POVO, CAPAZ DE PROJETAR NA REGIÃO E NO MUNDO SEUS **VALORES** E INTERESSES, ANIMADO POR UM SENTIMENTO COMUM DE **UNIÃO** NA PLURALIDADE"

O nacionalismo que interessa ao Brasil deve ser compatível com as liberdades, percebendo a Nação como uma comunidade em que a identidade comum é motivo de orgulho porque compatível com o pluralismo. Essa "comunidade imaginada" – para usar a noção de Benedict Anderson – é também uma poderosa ideia que move as pessoas, que lhes dá a segurança de pertencer a um grupo distinto, mas sem necessariamente diminuir ou depreciar os vizinhos e os estrangeiros. O fato de termos expandido e consolidado o "corpo da Pátria" por meio, sobretudo, da negociação, ao contrário de outros países que empregaram a guerra de conquista e a aquisição forçada de territórios como métodos predominantes, conferiu ao nosso sentimento de nacionalidade uma marca de origem, em que a solução pacífica de controvérsias e a preferência pelo direito e pelas regras negociadas ajudaram a moldar a identidade nacional e sua projeção externa.

Ao refletir sobre nossa trajetória, é preciso não esquecer que muitos países cresceram, atingiram altos patamares de poder para depois tomar uma trajetória de decadência, seja por erros internos, seja por conta da hubris em suas aventuras internacionais. No nosso caso, o futuro desejado existe claramente como potencial muito mais alcançável do que para outros, já que nosso país é dotado de tantos recursos, resolveu seus problemas territoriais definitivamente no início do século XX e consolidou um patrimônio diplomático baseado na solução pacífica das controvérsias e no respeito ao direito internacional. Temos uma sociedade injusta, é verdade, mas que exige cada vez mais igualdade de oportunidades, e contamos com imensa diversidade que é fonte de criatividade para superar os desafios na busca do desenvolvimento e do bem-estar.

Saberemos fazer bom uso dos recursos humanos e materiais do país para realizar plenamente nosso potencial? A história brasileira demonstra que, apesar de oportunidades perdidas ao longo do processo, é possível dizer que nossa trajetória tem sido, em grande medida, positiva. As condições internas e internacionais mudam sem cessar, então esse esforço precisa ser atualizado continuamente, de modo a lidar com novos fatores e riscos. O sentimento de nacionalidade que nos anima não deve turvar a visão dos desafios que devemos enfrentar, mas funcionar como um estímulo para que realizemos nosso potencial e para que o Brasil não seja sempre o país do futuro. Tampouco deve se traduzir em palavras de ordem e códigos de conduta automáticos, que sufocam o pensamento crítico. Ao contrário, o sentimento de nacionalidade deve liberar o espírito para enfrentar uma realidade ainda longe do ideal cantado em prosa e verso.

Ainda que a política externa dependa de nossa capacidade de fabricar soluções para problemas internos que nos afligem, não há dúvida que a interação com o mundo pode ajudar na busca dos objetivos nacionais. Entender as grandes tendências e interesses em jogo no ambiente internacional é condição para utilizar nossas relações



"o sentimento de brasilidade, ao evitar idealizações nocivas – da 'democracia racial' à ideia de povos indígenas assimilados romanticamente à sociedade branca e portuguesa hegemônica –, precisa manter-se alerta para que o sentimento de pertencimento à Nação não leve à diluição das contradições que precisam ser reconhecidas".

Mestiço. Candido Portinari. Óleo sobre tela. 1934. Pinacoteca de São Paulo.

exteriores como instrumento de desenvolvimento. Não há nenhuma prioridade nacional que não tenha uma faceta internacional e que, portanto, esteja imune à influência de decisões tomadas em outros países ou a regras adotadas em instâncias internacionais. Daí a importância de uma diplomacia que saiba mover-se em um mundo que hoje é de transição para uma ordem internacional em que a competição entre grandes potências tende a acirrar-se, o que requer estratégia de inserção internacional com clareza de prioridades e definição dos meios para persegui-las.

A nossa diplomacia tem hoje, como teve no passado, papel de grande importância na consolidação da Independência, entendida como um processo contínuo de afirmação e projeção de nossos interesses no mundo. O legítimo sentimento de nacionalidade que deve nos animar precisa estar calcado na combinação de confiança em nossa potencialidade e orgulho diante dos avanços logrados com uma boa dose de autocrítica, fundamental para identificar os erros históricos e as injustiças, como por exemplo a discriminação contra grupos vulneráveis e o patrimonialismo de nossas elites. Sem menosprezar o país que já construímos – uma das maiores economias mundiais, sede de empresas de sucesso, dotado de agronegócio pujante e recursos humanos de alta qualidade, além de uma cultura vibrante e uma sociedade dinâmica e criativa –, a atitude diante do Bicentenário da nossa Independência deve ser de reflexão.

> “PARA SER UMA FORÇA POSITIVA, O **NACIONALISMO** DEVE VALORIZAR NOSSA CULTURA E NOSSAS **TRADIÇÕES** COMO FERRAMENTAS PARA **CONSTRUÇÃO** DE UM PAÍS MAIS **EQUILIBRADO** E GENEROSO.”

É chegada a hora de realizar um balanço dos erros e acertos, de modo a injetar no sentimento de nacionalidade o ímpeto necessário e a coesão que permitem traçar o caminho do futuro. Ao caminhar na direção do Bicentenário, seria útil investigar também as condições atuais para assegurar uma ordem internacional que seja propícia à ascensão do Brasil e à projeção de seus interesses e realização de suas aspirações. Nesse sentido, a diplomacia deverá seguir sendo, tal como foi nos primórdios de nossa vida independente, importante instrumento para a construção do país que o povo brasileiro, especialmente os segmentos mais humildes, vulneráveis e sofridos, deseja e merece. Uma diplomacia que reflita os valores nacionais e os traduza em relações proveitosas com o mundo, mantendo-se assim à altura das expectativas do povo brasileiro.

Ao iniciarmos a contagem regressiva para o Bicentenário, o principal desafio talvez resida em utilizar o sentimento positivo de nacionalidade que une os brasileiros para superar polarizações estéreis, sem abrir mão do debate plural sobre o que ainda devemos fazer para trilhar o caminho do desenvolvimento. Tudo isso com a consciência de que não estamos sozinhos no mundo, de que temos uma responsabilidade de criar condições internacionais de estabilidade e prosperidade, negociando com vizinhos e demais parceiros soluções para desafios comuns. Essa tarefa hercúlea não deve ser subestimada, mas o importante é não fugir à luta, não esmorecer na defesa de um país acolhedor, generoso, aberto, tolerante e democrático, no qual cada brasileiro possa realizar seu potencial e seja parte integrante e beneficiário da construção diária, contínua e necessária da Independência.

Ministro de Primeira Classe Benoni Belli, atualmente Cônsul-Geral do Brasiil em Chicago.

Este artigo foi escrito a título pessoal, não refletindo posições oficiais do Ministério das Relações Exteriores. Texto originalmente publicado no “Estado da Arte”, revista de cultura, artes e ideias do jornal Estadão, em 29 de agosto de 2019. Disponível em: bit.ly/bicentbr

A SEMANA DE ARTE MODERNA DE 1922: 100 ANOS DE FARRA DE PLAYBOYS

Quando fui convidado pela colega Clarissa Machado para escrever este artigo, logo avisei que não seria nem protocolar nem neutro. Cordialmente, ela disse que poderia escrever da forma que quisesse, só pediu que combinasse análise do Modernismo e minhas experiências com o tema. Por isso, buscarei combinar interpretações históricas e relato da minha trajetória como curador e diretor-geral do "22+100"[1] . Além disso, não poderia omitir algumas anedotas sobre ser um diplomata cedido a uma prefeitura, algo muito diferente do que vivenciamos no Itamaraty. Tentarei ser breve e não cansar aqueles que hão de ter paciência comigo, mas não posso prometer nada...

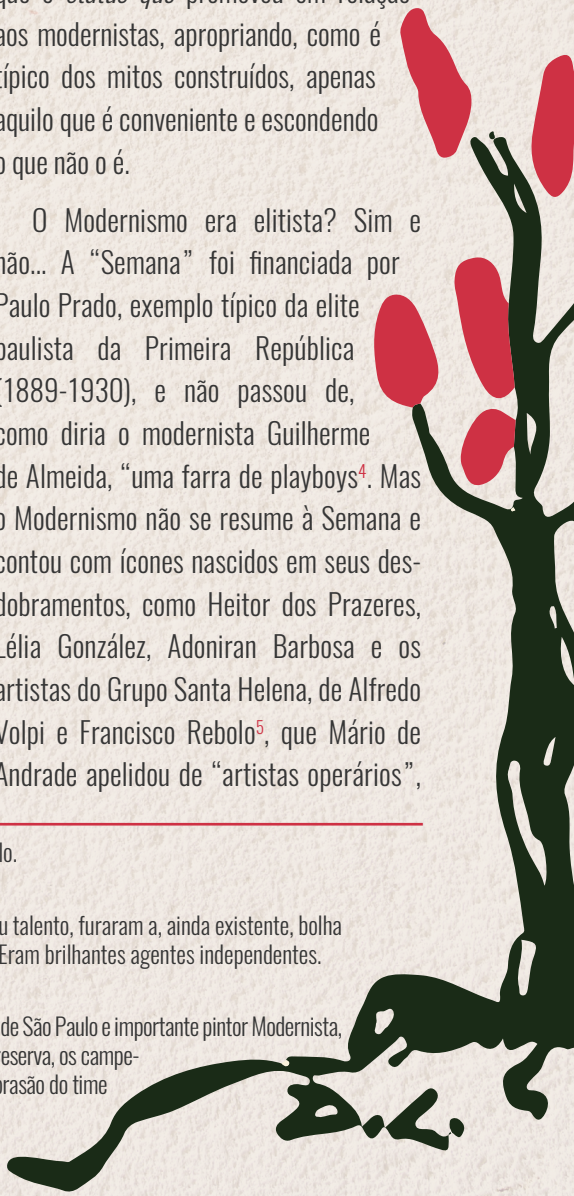
Histórias, estórias, artes e manhas – A Disputa pela Semana de Arte Moderna:

Como escrevo para diplomatas que, certamente, conhecem o Modernismo, nem que pela força de leituras para o CACD, ignoro a contextualização histórica e vou logo para os debates sobre a importância da "Semana" e do Modernismo. A "Semana" vem sendo "cancelada" por debates, muitas vezes mal-informados, por ser machista, branca, elitista, "paulistocêntrica", excludente, etc... Todas essas críticas, enfatizo, têm fundamentos, mas não devem ser absorvidas sem análise mais cuidadosa.

O Modernismo era machista? É fato. O machismo era intrínseco aos Modernistas[2], mas seria teleológico ignorar que Modernismo foi o primeiro movimento artístico brasileiro a contar com lideranças femininas[3]. Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, ao lado de Oswald de Andrade e Mário de Andrade, encabeçaram o movimento, algo ao menos incomum para 100 anos atrás. Além disso, cabe ressaltar que, para o grande público, as três gerações do movimento são especialmente lembradas na figura das Modernistas, como Tarsila, Anita, Clarice Lispector, Cecília Meirelles.

A Semana foi excludente? Sim, indígenas e afrobrasileiros estiveram praticamente excluídos do evento. Não podemos ignorar, contudo, que sua liderança intelectual, Mário de Andrade, era negro e homossexual, algo revolucionário para o início do século XX. Assim como Machado de Assis, Mário foi embranquecido pela história e negar sua negritude é reforçar o que há de mais podre no elitismo cultural brasileiro. Da mesma forma, omitir a Mário sua sexualidade é reforçar a pasteurização cultural que o *status quo* promoveu em relação aos modernistas, apropriando, como é típico dos mitos construídos, apenas aquilo que é conveniente e escondendo o que não o é.

O Modernismo era elitista? Sim e não... A "Semana" foi financiada por Paulo Prado, exemplo típico da elite paulista da Primeira República (1889-1930), e não passou de, como diria o modernista Guilherme de Almeida, "uma farra de playboys[4]. Mas o Modernismo não se resume à Semana e contou com ícones nascidos em seus desdobramentos, como Heitor dos Prazeres, Lélia González, Adoniran Barbosa e os artistas do Grupo Santa Helena, de Alfredo Volpi e Francisco Rebolo[5], que Mário de Andrade apelidou de "artistas operários",



1 Nome das celebrações do centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 promovidas pelo Município de São Paulo.

2 Intrínseco à obra de Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Lasar Segall e outros...

3 Ressalto que artistas como a romancista Maria Firmina dos Reis e a musicista Chiquinha Gonzaga, pelo peso de seu talento, furaram a, ainda existente, bolha machista da cultura brasileira. Não furaram, contudo, a bolha dos clubinhos masculinos que lideravam movimentos. Eram brilhantes agentes independentes.

4 Mário de Andrade foi o único representante no evento a ser oriundo da classe média.

5 Francisco Rebolo, apenas para citar uma passagem anedótica, um filho de imigrantes espanhóis da classe operária urbana de São Paulo e importante pintor Modernista, pagava as contas atuando como operário e jogador de futebol do Sport Clube Corinthians Paulista, onde conquistou, como reserva, os campeonatos paulistas de 1922, 1923 e 1924, bem como foi responsável por desenhar, no começo da década de 1930, o atual brasão do time - quiçá a obra modernista (SIC) mais reconhecida pelo grande público, argumento que defendo como corinthiano fanático.

por trabalharem em outras profissões além do fazer artístico. Assim, faz-se necessário compreender que, enquanto a "Semana" foi elitista, pregando uma cultura do centro para a periferia, o Modernismo, como um todo, não se limita a isso.

A "Semana" foi "paulistocêntrica"? Como me explicou certa vez Lilia Schwarcz, "a Semana de Arte Moderna não foi DE São Paulo, mas, sim, EM São Paulo", mas, de fato, contou com predomínio de artistas paulistas. A "Semana" ocorreu em São Paulo por uma conjunção de fatores, sendo o principal o fato de que a elite paulista buscava, desde os estertores do século XIX, a se firmar perante as demais elites brasileiras. Os paulistas eram vistos como elite menor e descendente dos brutais bandeirantes (o que era verdade) e, por isso, começaram a buscar formas de construir uma nova imagem. Inicialmente, construiram um falso mito fundador ao redor do bandeirante, imaginando este antepassado como herói. Depois, buscaram no mecenato cultural, uma forma de se diferenciar das demais elites. O Modernismo caía como uma luva aos paulistas, pois, assim, davam um salto para além dos debates das elites reinantes e construiam uma imagem que, embora artificial, os apartava da história nacional. Acreditavam "elevar-se", dessa forma, para uma esfera distante das elites que os menosprezavam e, de quebra, financiando à "Semana", apoiavam artistas advindos das outras elites estaduais (como a carioca e a mineira), que lhes poderiam dar aval junto aos que os excluíam.

Além disso, o Rio de Janeiro, então capital federal, que poderia ter gestado a "Semana", dado à concentração de recursos e à grande presença de artistas afeitos ao movimento, como Di Cavalcanti e Guiomar Novaes, estava mais preocupada em celebrar o centenário da Independência do Brasil. Nesse contexto, os artistas da capital estavam pragmaticamente focados em amealhar comissões por obras encomendadas tanto pelo governo federal quanto pelas elites nacionais sediadas no Rio. Não poderia ser diferente, pois as elites buscavam comissionar obras que valorizassem seus antepassados na história da Independência e os artistas buscavam comissões que pudessem sustentá-los em tempos mais difíceis[6]. Somava-se a isso o fato de que a arte procurada pelas elites para rememorar momentos ufanistas é, geralmente, clássica, pictórica e acadêmica, distante do que pregavam os modernistas. Evidentemente, a "Semana" foi feita em 1922 para também dialogar com a Independência[7], mas optou por caminho oposto ao escolhido pelas celebrações do centenário de 1822.

As obras apresentadas na "Semana" eram pouco inovadoras? Mais ou menos... Eram obras incipientemente Modernistas, mas representavam uma jornada que se consolidaria ao longo das décadas de 1920 e 1930. Não devemos focar nessas obras em si, mas nas discussões que foram proporcionadas durante os três dias de fevereiro de 1922 (13, 15 e 17) e nos debates

Cartaz de Di Cavalcanti para a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo

suscitados. O evento, em si, é menos importante, mas seus efeitos foram relevantes para a construção do que viria pela frente. A "Semana" não foi tão inovadora, mas catalisou interações entre modernistas e possibilitou um ambiente de debate que ocasionaria inovações, pois os grupos artísticos regionais puderam interagir mais, ainda que isso tenha sido mais entre Rio e São Paulo, esboçando os primeiros passos de um grupo nacional. Arrisco dizer, quiçá me apropriando do pensamento de Antonio Candido, que a "Seman", com todas as suas limitações e falhas, propiciou a criação de um primeiro movimento que buscava ser nacional, já que antes os movimentos

6 Dificuldades constantes da vida artística, especialmente em países onde as elites não veem o valor intrínseco da cultura.
7 Vide Oswald de Andrade, em o "Manifesto Antropófago" (1928), "A nossa independência nunca foi proclamada".

até contavam com artistas de diferentes origens estaduais, mas majoritariamente associados ao lócus geográfico da capital.

Os Modernistas da Semana excluiram artistas tão ou mais inovadores? É fato. Os Oito Batutas, revolucionários da música brasileira, não estiveram presentes[8]. Lima Barreto, o que havia de mais inovador na literatura, também não esteve lá – falha imperdoável, mas que pode ser parcialmente atribuída tanto à irrelevância atroz do grupelho paulista aos olhos do já calejado Barreto quanto ao fato de que o autor carioca desprezava o futurismo de Marinetti que, de fato, estava embrenhado nas primeiras produções modernistas[9]. Fotografia e cinema, então vanguardas das artes, também não estiveram presentes, embora artistas como Valério Vieira já tivessem iniciado trajetórias. É fato que faltas indiscutíveis ocorreram naquela que se propunha como cúpula da arte moderna. O que houve, de fato, foi uma tentativa de modernidade, com muitas falhas.

O evento de 1922 teve problemas que devem ser debatidos. Alguns já eram problemas à época, como a exclusão de artistas e formas artísticas, outros tornam-se problemas à luz dos avanços sociais, como o domínio branco. Tributária de sua época, a "Semana" não foi, contudo, nem um monstro nem desimportante. Idealizada por Mário de Andrade, homem negro e homossexual, tem mérito como tentativa. Argumentos teleológicos e "trivializadores" do evento devem ser tomados com cuidado.

Eu e o Modernismo:

Fica a pergunta: por que esse cara fala tanto sobre debates inúteis e desinteressantes? Explico... Sempre fui obcecado por cultura, de todos os tipos – geek, erudita, popular...– em todas as manifestações – literatura, música, audiovisual...–, mas foi com 12 anos que li Sagarana (1946), de Guimarães Rosa, que uma bomba explodiu em minha cabeça. Tomado pela violenta poética de "A Hora e a Vez de Augusto Matraga", algo que encontraria mais tarde em Sam Peckinpah e Francis Ford Coppola, algo mudou em mim. Esse conto, em particular, me fez buscar tudo sobre o autor diplomata e sobre Modernismo. Encurtando a história, esse momento me levaria a duas graduações, em cinema e relações internacionais, bem como a ser diplomata e apaixonado pela cultura.

8 O conjunto carioca, composto por Pixinguinha, Donga, Raul Palmieri, Nelson Alves, China, José Alves, Gazá e Luis de Oliveira, com repertório que incluía choros, maxixes, canções sertanejas, batuques e cateretê, foi ignorado tanto por não ser conhecido pela elite de São Paulo que organizava o evento quanto porque estavam em Paris. Começavam, justamente no 13 de fevereiro de 1922 (abertura da "Semana"), suas apresentações da turnê parisiense.

9 É anedótica a missão dada por Mário de Andrade ao jovem Sérgio Buarque de Hollanda para que fosse ao Rio e engajasse Lima Barreto na Klaxon (grande revista modernista). Lima teria zombado dos paulistas e, em especial, do nome inglês que escolheram para a publicação. Em livre-tradução atual, Lima teria dito: "sabe de nada, inocente...".

O Grupo dos Cinco foi responsável, junto a outros artistas, pelo referencial ideológico e artístico da Semana de 1922. Era formado por Anita Malfatti, Mário de Andrade, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral.

Tomado por essa paixão, inciada pelo Modernismo, trilhei um percurso de 15 anos trabalhando com cultura, primeiro como diretor e produtor audiovisual e, depois, como assessor da Embaixadora Paula Alves de Souza na gestão do DCED[10]. Foi por isso que um amigo, Luiz Toledo, diretor da SpCine, me convidou para algo absolutamente improvável... Voltar a São Paulo, para ser diretor artístico da Fundação Theatro Municipal (FTM) e para coordenar o "22+100". Quando recebi o convite, disse que imaginava haver pessoas mais qualificadas para o cargo. Mas Luiz, sincerão, disse que o "DAS", relativo ao cargo, era baixo demais para um comissionado que não fosse servidor público e acumulasse o salário de seu órgão de origem e que, além disso, o então responsável pelas celebrações não entendia nada do tema. Assim, aceitei meio sem pensar e fui para São Paulo.

Lá chegando, vi que a situação era complicada, ninguém conhecia a história modernista, não havia real planejamento e tudo estava focado em conversas políticas que visam apenas a engrandecer os gestores junto à mídia. Haviam "ideias", como a realização de cortejos carnavalescos para um milhão de pessoas[11] e uma Virada Cultural "Futurista"[12]... Havia também um foco reinante: engrandecer o status dos organizadores junto à intelligentsia nacional. Com a mudança da gestão, pouco depois de minha chegada, e o apoio de alguns companheiros da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), minhas preocupações ganharam espaço e pude mudar os nortes do projeto.

Com um cavalo de pau de ideias, somado às limitações pandêmicas, propusemos as celebrações possíveis, já que a política, como aprendi em São Paulo, é a arte do possível. Juntamos a isso, também, o atual *Zeitgeist* brasileiro, que não poderia ser ignorado, ainda mais no âmbito de discussões aguerridas sobre a relevância da "Semana", sobre a cultura e, especialmente, sobre a diversidade, ainda tratada no Brasil de forma tacanha e limitada. Elaboramos, assim, um projeto de 100 dias para celebrar 100 anos e um "chorinho" de 22 dias, o nosso "22+100"[13].

O 22+100:

A cidade de São Paulo tinha o dever inescapável de celebrar o centenário da "Semana", não somente por ser guardiã do Theatro Municipal de São Paulo, mas também ante a importância que o Modernismo representou para as artes brasileiras, sendo ponto de inflexão para a produção europeizada que predominava no seio da elite da época, apresentando, nas palavras de Mário de Andrade, o Brasil aos brasileiros. É nesse contexto que pude desenvolver e dirigir o "22+100".

Para além da celebração efeméride, buscou-se propor visão crítica sobre os acontecimentos de 1922 e de seus desdobramentos no último século. Visando, assim, a pensar uma nova via de cultura, indo além do excessivo peso dado à produção cultural das elites da cidade, enfocando a periferia, que é a principal área de produção cultural contemporânea. Assim, buscamos realizar eventos que enfocassem a importância da periferia e dessem voz às visões decoloniais da cultura, como ocorreu, apenas para citar alguns eventos, no "Aniversário Modernista de São Paulo"; nos "Bailes Modernistas"; na "Saudosa Maloca" (rodas de samaba modernistas); na campanha "Modernista do Dia"; na exposição e no filme homônimo "Contramemória"; no balé "Muyrakytã"; nas 22 empenas do Museu de Arte de Rua (MAR), homenageando 22 expoentes do Modernismo; no espetáculo "Mariofagia"; nas "Semanas Modernistas dos estados", focadas em apresentar a cultura contemporânea dos estados brasileiros e do D.F.; e no "Festival de Gastronomia Modernista".

Cada um dos festejos teve seu objetivo, buscou ressaltar uma linha do Modernismo, tinha um propósito e foi, mais ou menos, exitoso. É indispensável mencionar, já de início, que todas as atrações do "22+100" foram totalmente gratuitas e abertas para todos os cidadãos. Com esses pontos em realce, faço agora um breve apanhado de

10 Departamento Cultural e Educacional do Itamaraty.

11 Em fevereiro de 2022, uma época em que a variante ômicron da covid obviamente não permitiria tais eventos...

12 Proposta que me preocupava em especial, pois o movimento Futurista esteve intimamente ligado às correntes fascistas do pensamento do século XX, algo que (pasmem) era ignorado pela gestão local...

13 Iniciado em 22 de janeiro, culminando no 1º de maio, compondo 100 dias, e prologando-se por um "chorinho" (um adicional, na gíria) de 22 dias (entre 2 e 23 de maio).

alguns desses acontecimentos e depois disso, espero, não os cansar mais com o tema e enterrar de vez o assunto, pois eu mesmo já ando exausto e sei que este é um ano no qual eventos muito mais relevantes que o centenário da "Semana" acontecerão.

Iniciamos a celebração com um pequeno festival no Centro Cultural São Paulo (CCSP), celebrando um aniversário "Modernista" da cidade. O aniversário teve 5 dias de atrações, entre 22 e 27 de janeiro, para reduzir, ante o avanço da variante ômicron, o número de participantes aglomerados em um único dia no mesmo espaço. Assim, aquilo que seria um grande show de reunião dos Doces Bárbaros, tornou-se uma sequência de pequenos, e não menos relevantes, shows de Metá Metá, Antônio Nóbrega, Badsista e Paula Lima, um festival de cinema com filmes inspirados em obras modernistas, como as de Carolina Maria de Jesus, e uma performance cênica com artistas do antropofágico Teatro Oficina. Essa performance, feita no próprio aniversário da cidade (25 de janeiro) foi dirigida por mim (por falta de orçamento para a contratação de diretor) e contou com a participação de atores como Paschoal da Conceição, ressuscitando Mário de Andrade, e eu mesmo, pois duas atrizes foram acometidas por Covid no dia da apresentação e tiveram que ser substituídas por quem estivesse lá na hora, provando que, como dizia aquela velha máxima, "a gente assovia e chupa cana". Anedotas à parte, o pequeno festival buscou rememorar o Modernismo com uma performance que sintetizasse, por meio dos textos do próprio Mário de Andrade, a importância, os erros e os acertos da "Semana", bem como reforçar artistas contemporâneos que remetem ao movimento em suas obras.

> "SÃO PAULO TINHA O **DEVER** INESCAPÁVEL DE **CELEBRAR** O CENTENÁRIO, NÃO SOMENTE POR SER GUARDIÃ DO **THEATRO MUNICIPAL**, MAS TAMBÉM ANTE A IMPORTÂNCIA QUE O **MODERNISMO** REPRESENTOU PARA AS **ARTES BRASILEIRAS**"

Ainda sob as limitações impostas pelo pico de Covid do início de 2022, começamos uma campanha nas redes sociais da SMC que foi bem-sucedida, chamada "Modernista do Dia". Nossa proposta era, primeiro, realizar postagens que explicassem o pré-Modernismo, o Modernismo, o pós-Modernismo e o mundo artístico contemporâneo e, depois, apresentar ao público posts diários com artistas das mais diversas vertentes, com ilustração, frase de impacto, pequena biografia e indicação de obra de cada um deles. A campanha contou com 100 "Modernistas do Dia", apresentados dia após dia da celebração e foi realizada sem custos, tendo sido elaborada totalmente *in House*, pela curadoria do "22+100", e contando com arte que remete a cartazes de mercado brasileiros (com fundo amarelo e escritos com canetões vermelho e preto), o projeto apresentou o Modernismo a grupos culturais que antes pouco sabiam sobre o tema, disseminando tanto cultura quanto educação[14].

Com o arrefecimento da pandemia, as celebrações puderam ir além de eventos com restrição de público. Embora obras, como o balé Muyrakytã, inspirado em Mário de Andrade e com trilha cantada por Dona Onete, tenham sido sucesso de crítica e público, ainda era necessário encontrar a população, bem além do centro da cidade, indo para as periferias, e realizando eventos que engajassem artistas periféricos e servissem de apoio para a divulgação da história modernista. Isso foi feito com projetos como os "Bailes Modernistas"[15], ocorridos em todas as regiões da cidade. Esses "Bailes" contemporâneos trouxeram artistas ligados ao afrofuturismo, ao rap, ao bregafunk, à música eletrônica, ao funk e ao neoindigenismo, como Brisa Flow, Heavy Baile, FBC, Katú Mirim e Tasha & Tracie, que, de certa maneira, trazem para o século

14 O sucesso foi considerável, 12.000 seguidores no Instagram, por exemplo, passaram a seguir o perfil da SMC por causa da campanha Além disso, artistas homenageados como Mano Brown e MC Carol, aprovaram as postagens sobre si, engajando seus seguidores não somente com as redes da SMC mas também com a história do Modernismo.

15 Inspirados nos bailes do automóvel clube de São Paulo, muito frequentados pelos Modernistas na década de 1920.

XXI uma perspectiva não elitista e decolonial do movimento Antropofágico e das missões de pesquisa cultural que Mário de Andrade comandou quando Diretor do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, entre 1936-1938.[16]

Eu poderia continuar a entediá-los com as trocentas atrações que realizamos, mas já me estendo para além do aceitável e vou encerrando. Encerramos de duas formas, uma mais grandiosa e uma mais comedida, porém ambas foram meus projetos mais "de estimação". A primeira foi "Contramemória", a primeira grande exposição de artes plásticas a ter lugar no Theatro Municipal de São Paulo em 100 anos[17], totalmente financiada pela SMC. Quando iniciei o planejamento dessa exposição sabia que seria idiota apenas trazer de volta ao Theatro as obras que estiveram presentes durante a Semana e sabia que precisaríamos de uma curadoria diversa e de peso. Assim, busquei algumas sumidades que conhecia, Lilia Schwarcz, professora da USP e talvez a maior historiadora brasileira em atuação, Pedro Meira Monteiro, professor de literatura brasileira na Universidade de Princeton, e Jaime Lauriano, brilhante artista plástico e pensador contemporâneo brasileiro. Cada um deles trazia bagagem e potencialidades próprias para acuradoria do projeto e, juntos, realizaram algo quase indescritível. A exposição contou com mais de 120 obras de 72 artistas, sendo 44 não brancos, majoritariamente apartados do sistema de galerias, periféricos e indiscutivelmente talentosos. Contrapondo pinturas, performances, áudioarte, vídeoarte, esculturas, desenhos, instalações e música, obras tanto da época dos modernistas quanto contemporâneas, a exposição contrapôs Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, com artistas como Daiara Tukano, Lucia Laguna, Perifacon[18], Frente 3 de Fevereiro, Denilson Baniwa, Ailton Krenak e Adriana Varejão. Contrapondo passado e presente, erros e acertos Modernistas, mulheres e homens, pretos, indígenas e brancos, crítica e celebração, bem como academicismo e arte popular, Contramemória buscou romper com padrões consolidados do pensamento brasileiro e, ouso dizer, foi bem-sucedida[19].

O segundo e mais modesto encerramento, foi o espetáculo "Mariofagia", que buscou discutir e recuperar a herança de Mário de Andrade como artista negro e homossexual, assim como líder intelectual do Modernismo. Para tanto, contruímos um espetáculo que dialoga com o passado do autor e da Semana e que, gradualmente, transaciona para a arte contemporânea que incorpora o espírito e as lições andradianas. Iniciamos o espetáculo na Sala do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, hoje parte do complexo Theatro Municipal, pois esta era a sala onde Mário dava aula. Neste espaço, começamos pelo Quarteto de Cordas da Cidade, fundado

16 Ancestral da atual SMC e curiosamente o primeiro órgão público do mundo a centrar-se na temática da cultura, desenhado pelo também Modernista Paulo Duarte em 1935 e tendo Mário de Andrade como primeiro diretor.

17 Sim, a última havia sido a própria Semana de Arte Moderna de 1922...

18 Tivemos 17 obras da PerifaCon, a "ComicCon da Periferia", trazendo 17 artistas não brancos que fizeram retratos de ícones do Modernismo e de grandes nomes de nossa cultura que para eles, e para mim também, representam a continuidade do espírito modernista, como Jorge Lafond, Lélia Gonzalez, Linn da Quebrada e Racionais MCs.

19 Ressalto ainda uma curiosidade sobre a exposição, todas as obras "de época", como as de Tarsila do Amaral, Rubem Valentim, Sérgio Milliet, e Anita Malfatti, pertencem à Coleção de Arte da Cidade de São Paulo que foi iniciada por Milliet quando este comandava a hoje denominada Biblioteca Mário de Andrade. A Coleção é em grande medida desconhecida, inclusive dos curadores, pois fica "trancafiada" nos porões do CCSP e poucas vezes tem obras emprestadas para mostras. Com um orçamento reduzidíssimo para a "Contramemória", quase incapaz de pagar seguros e a construção de uma estrutura que recebesse as obras e não violasse as paredes tombadas do Theatro, propus aos curadores que utilizassem a Coleção, pois se trata do maior acervo de arte Modernista brasileira e, por ser da SMC, era livre para nosso uso. Os curadores não me levaram, inicialmente, muito a sério, já que a Coleção é uma ilustre desconhecida, mas, ao verem as obras que constavam em nosso catálogo, "piraram", como me relataram.

Operários. Tarsila do Amaral. Óleo sobre tela. 1933. Palácio Boa Vista

DOMÍNIO PÚBLICO

Mário de Andrade, Rubens Borba de Moraes e outros modernistas em 1922, como Tácito de Almeida, Guilherme de Almeida e Yan de Almeida Prado

pelo próprio escritor, tocando o quarteto "Pipoca", n. 03 de Villa-Lobos, executado durante a "Semana". Depois, passamos ao Coral Paulistano, também fundado por ele, cantando poemas do autor. Em seguida, o trio Ensemble FTM guiava o público ao som de "Maracatu", do compositor modernista Dimas Sedicias, até a Sala de Convivência da Praça das Artes, onde a Orquestra e o Coro Jovem da Escola Municipal de Música, executavam uma versão *cantata* de "Quando Eu Morrer", poema fúnebre de Mário, adaptado especialmente para o evento. Com a morte simbólica do autor, o Ensemble FTM interrompia o funeral com um prenúncio de que aquilo não era o fim, tocando "Trenzinho Caipira", de Villa-Lobos, guiava o público para o vão livre da Praça das Artes, onde eram confrontados com a ressureição simbólica do autor. Lá, viam um filme síntese do pensamento de Mário, onde o autor, retratado por Paschoal da Conceição, manifestava-se como um fantasma a habitar as paredes do Theatro Municipal e, por fim, assistiam a uma performance da Companhia Jovem da Escola Municipal de Dança[20], cuja trilha amarrava a tradução atual do autor, juntando uma cantiga de ex-escravos cantada por Mário, o único registro de sua voz, com músicas de Gaspar Z'África e Baco Exú do Blues. Este encerramento foi um projeto que desenvolvi com muito coração e nenhum orçamento, porém digna homenagem.

Erros e Fracasos:

Quem me conhece sabe que não sou otimista e, por isso, não poderia acabar sem mencionar os erros e fracassos desta aventura. Muita coisa planejada foi pelo ralo por razões orçamentárias, políticas, pessoais e gerenciais. Perdemos um dos meus projetos favoritos, o "Rolê 22+100"[21]. Perdemos também o show de encerramento do ciclo de celebrações, que seria no Vale do Anhangabaú, juntando artistas como Mano Brown, Linn da Quebrada e Alcione, além de espetáculo de luzes iluminando o Theatro, que, para quem não tem familiaridade com o mapa do centro de São Paulo, fica ao lado do Vale[22]. Perdemos muitas coisas por caprichosos, de poderosos e do destino, mas mantivemos uma linha narrativa para o "22+100" e alcançamos a disseminação do conhecimento crítico sobre algo, por vezes, pouco palatável e cronologicamente distante.

Tive ainda alguns percalços interessantes para além do "22+100", pois o Theatro é um bicho complexo. Abundam egos e mutretas enormes, no âmbito da gestão realizada por uma Organização Social (O.S.) de Cultural nada confiável. Empresas contratadas sem licitação têm, curiosamente, CNPJ associado a diretores da O.S.; cônjuges de diretores são estrelas e diretores de peças; amigos íntimos sem experiência com

20 Tanto a Escola Municipal de Música quanto a Escola Municipal de Dança foram idealizadas por Mário de Andrade

21 Aplicativo gameficado por meio do qual os munícipes poderiam participar de jogo onde "caçariam" 100 pontos físicos da memória sentimental do Modernismo em São Paulo, como a casa de Mário de Andrade e a garçonnière de Oswald de Andrade, bem como mais 22 novas estátuas em homenagem a Modernistas (como Mário, Donga, Pixinguinha e Tarsila).

22 A "chefia" cancelou o show menos de duas semanas antes, pois não gostou do line-up...

ópera são contratados por altas somas para direções lamentáveis (fracasso de crítica e público), caos de gestão, assédio moral de funcionários, etc... Sempre que tive provas sólidas, abri sindicâncias com apoio da gestão da FTM, que está lá para supervisionar a O.S., e, como consequências, recebi hilárias ameaças de morte[23]. Digamos que foi um processo interessante... E o segredo foi não baixar a cabeça e contar com parceiros que também buscavam o bem do Theatro e da cultura, entre o apoio de alguns políticos e de alguns amigos inesperados, como a torcida Gaviões da Fiel. Sobrevivi. Essas pancadas não me impediram de empurrar algumas mudanças necessárias[24], trouxemos a mais importante coreógrafa da atualidade, Cassi Abranches, para a direção do Balé da Cidade, bem como iniciamos a contratação da primeira maestra negra do Theatro Municipal, Alba Bonfim, que assumirá a Orquestra Experimental de Repertório em breve.

Ao fim e ao cabo:

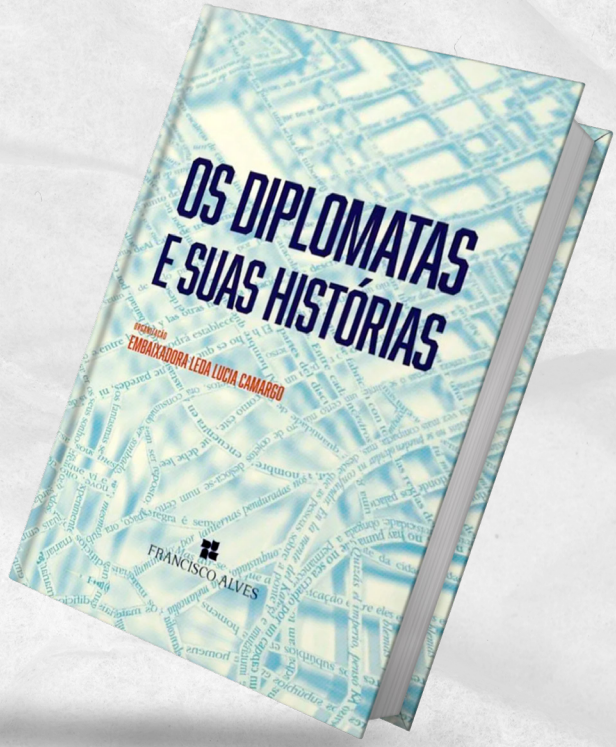
Deveria ter sido mais breve, mas anedotas são inevitáveis. Agradeço a paciência dos leitores e termino com uma máxima de Mário de Andrade que me guiou ao longo do processo e que, acredito, pode servir para repensarmos o Itamaraty... "Nós, os modernistas, não devemos servir de exemplo... Mas podemos servir de lição." O Modernismo errou um monte e não é exemplo único a ser reproduzido. Shows de chorinho e bossa nova, reforço incansável à figura de diplomatas modernistas, citações a um passado idílico e idealizado não devem ser desprezados, mas devem dar espaço às lições do Modernismo. "Apresentar o Brasil aos brasileiros", como dizia também Mário, deve começar aqui, devemos conhecer mais e melhor o que há de contemporâneo e popular, entrar mais em contato com o real, mais em contato com o Rap e o Funk, com as ideias decoloniais e antirracistas, com a rua... Menos farra de playboys, mais Brasil, com toda a sua diversidade.

23 Presença de jagunços na porta de meu apartamento e ameaças verbais, clássicos do gênero...

24 Além de empurrar mudanças, tentei evitar burradas como a proposta de um maestro para a execução de obras de Beethoven durante a celebração da data exata da "Semana", algo que posso descrever apenas como "nada a ver"...

Theatro Municipal de São Paulo, palco da "Semana de Arte Moderna" entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922

Segundo-Secretário Bruno Palazon Imparato, atualmente lotado na Divisão de Nações Unidas (DNU).



OS DIPLOMATAS E SUAS HISTÓRIAS

CAMARGO, Leda Lucia (org).

Editora Francisco Alves, 458 páginas.

O livro que inspirou a matéria de capa desta edição da Revista da ADB reúne vivências de 26 embaixadora(e)s, inclusive da organizadora, embaixadora Leda Lucia Camargo. São testemunhos de momentos históricos, experiências desafiadoras e circunstâncias particulares do dia a dia diplomático. As histórias têm lições valiosas para os mais modernos, entretenimento garantido aos mais antigos e são um excelente caminho para quem quer entender melhor o universo da diplomacia.

O COLECIONADOR DE FRONTEIRAS

COELHO, Pedro Motta Pinto.

Editora Del Rey, 2021. 376 páginas.

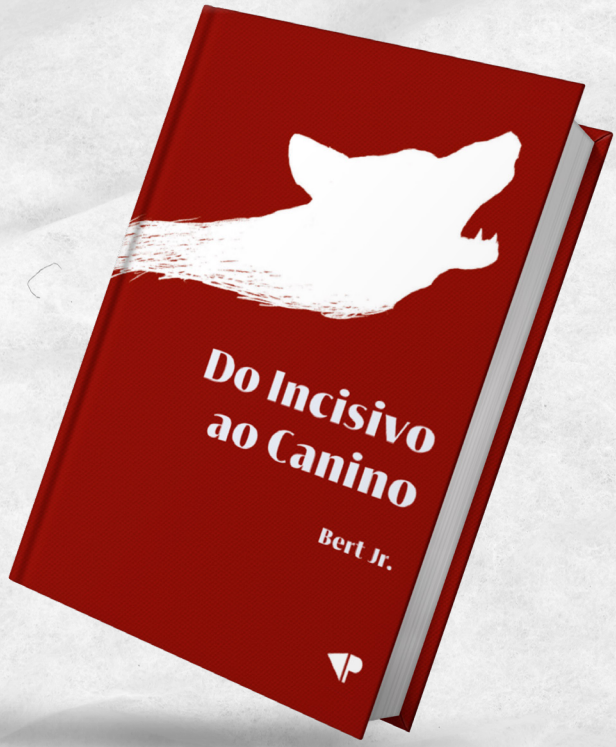
"Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia", diz a frase atribuída a Tolstói. Em "O colecionador de fronteiras", o embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, natural de Santa Bárbara (MG), conta histórias de Minas Gerais e de suas vivências pelo mundo, conjugando experiência diplomática, capacidade analítica e imaginação. O embaixador também demonstra um olhar lúcido e atento sobre a política externa brasileira, especialmente aquela realizada nos últimos anos.

HOMEM DE PAPEL

ALMINO, João.

Editora Record, 2022. 416 páginas.

Nesta obra de ficção, o embaixador João Almino resgata o personagem machadiano do Conselheiro Aires, que, metamorfoseado em livro – um "homem de papel" –, narra em primeira pessoa uma história deste início de século. Como em "Esaú e Jacó", o diplomata se vê em meio a uma disputa quase fratricida entre "ideias" políticas ("paixões" talvez fosse o termo mais adequado), atualizadas para os termos do Brasil contemporâneo. Doce ironia para um mundo cada vez mais amargo.



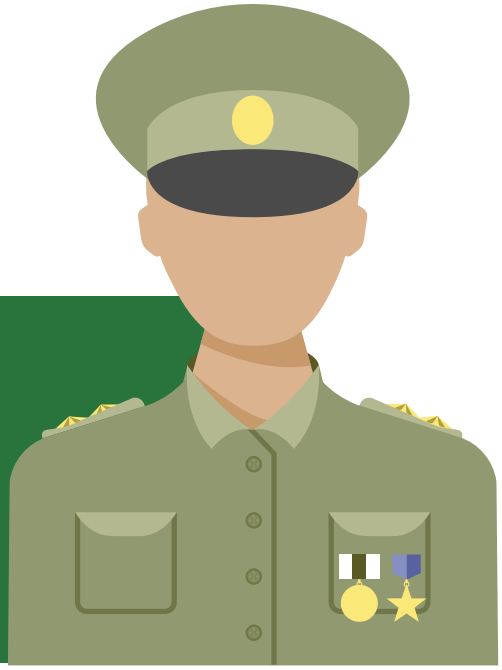
DO INCISIVO AO CANINO

Bert Jr.

Editora Versiprosa, 2022. 105 páginas.

As alteridades e complexidades das relações interpessoais nos tempos modernos são o *leitmotif* do livro "Do incisivo ao canino: estórias de umas & outros". Com humor sofisticado, o autor, ministro Colbert Soares Pinto Junior, desenha um quadro instigante e diverso sobre aspectos éticos dos relacionamentos contemporâneos.

ELAS POR ELAS



O chanceler era Abreu Sodré e se aproximava a época das promoções. Certo dia, o general Rubem Bayma Denis, chefe do gabinete militar do presidente Sarney, marca uma entrevista e aparece com uma lista de nomes na mão:

— Sodré: gostaria muito de ver estes diplomatas promovidos a embaixador.

— Tudo bem, Denys. Estou de acordo, desde que você também promova os meus recomendados a general de quatro estrelas.

E não se falou mais no assunto.

VAI DE VALSA

O novo embaixador da Austrália em Brasília entregou as cópias figuradas das cartas credenciais ao chefe do Cerimonial do Itamaraty, embaixador Raul de Vincenzi, e lhe pediu um favor especial: não tocassem, no Palácio do Planalto, a Valtzing Mathilde, como se fosse o hino nacional australiano, pois isso era uma gafe que se cometia em muitos países. Raul de Vincenzi logo ligou para o chefe do Cerimonial da Presidência e lhe transmitiu a preocupação do embaixador: "Por favor, não toquem a Valtzing Mathilde, porque o novo chefe da missão ficará extremamente aborrecido!". Logicamente, não deu outra: trocaram o hino. O embaixador apresentou seu protesto, de Vincenzi relatou o fato ao chanceler Negrão de Lima e ambos acabaram indo à embaixada da Austrália para apresentar desculpas.

PUNHOS DE RENDA

Certa vez um jornalista perguntou ao embaixador Vasco Leitão da Cunha, um grande diplomata e perfeito gentleman – homem que, inclusive, evitou, como chanceler, após a revolução de 1964, uma degola maior de colegas na carreira por razões simplesmente ideológicas – "o que ele achava de uma atividade que se fazia com punhos de renda." Resposta de Leitão da Cunha:

— Veja, a mim não me incomoda, porque eu, para trabalhar, arregaço as mangas...

Trecho de *Os bastidores da diplomacia: o bife de zinco e outras histórias*, do **Embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro.**

ASSÉDIO NO TRABALHO É CRIME!

A ADB ALERTA SOBRE CONDUTAS INADEQUADAS NO LOCAL DE TRABALHO.

VEJA ALGUMAS ATITUDES QUE CONFIGURAM ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL!

- ELOGIOS POR RAZÕES NÃO ASSOCIADAS AO TRABALHO, QUE CAUSEM INCÔMODOS.
- COMENTÁRIOS SEXISTAS QUE LHE DIMINUEM COMO PROFISSIONAL.
- SOBRECARGA DE TAREFAS OU VIGILÂNCIA EXCESSIVA.
- GRITOS OU PALAVRAS QUE CAUSEM HUMILHAÇÃO DIANTE DE OUTROS.
- TOQUES SEM CONSENTIMENTO OU PROPOSTAS SEXUAIS NÃO SOLICITADAS.

ADB ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS

VAMOS PREVENIR, COMBATER E DENUNCIAR O ASSÉDIO!

ADB | ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS

ADB SINDICAL

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios - Palácio do Itamaraty
Anexo I, 3º Andar, Sala 329 A, Brasília – Brasil | CEP: 70170–900
+55 61 2030-6950/3224-8022 | secretaria@adb.org.br | www.adb.org.br